UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

"O QUE VOCÊ PRECISA SABER?" UMA ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DE *PAYWALL* POROSO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

LAIS LANE SANTOS CARREGOSA

Rio de Janeiro
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

“O QUE VOCÊ PRECISA SABER?”
UMA ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DE *PAYWALL* POROSO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

LAIS LANE SANTOS CARREGOSA

Orientadora: Profa. Dra. Luanda Dias Schramm

Rio de Janeiro
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

CC314?

Carregosa, Lais Lane Santos
"O que você precisa saber?" Uma análise sobre a aplicação de paywall poroso durante a pandemia de covid-19 / Lais Lane Santos Carregosa. -- Rio de Janeiro, 2021.
72 f.

Orientadora: Luanda Dias Schramm.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo, 2021.

1. jornalismo. 2. covid-19. 3. discurso metajornalístico. 4. jornalismo de serviço. 5. paywall. I. Schramm, Luanda Dias, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **"O que você precisa saber?" Uma análise sobre a aplicação de *paywall* poroso durante a pandemia de covid-19**, elaborada por Lais Lane Santos Carregosa.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Luanda Dias Schramm
Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Fundamentos da Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Gabriela Nóra Pacheco Latini
Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ
Departamento de Expressão e Linguagens – UFRJ

Dra. Pamela Araújo Pinto
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro

2021

À minha avó Josefa, que nos deixou tão cedo, com todo o meu amor e saudade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Gilvaneide, por todos os seus sacrifícios, seu amor e confiança. Não lembro de um objetivo meu que tenha sido inalcançável aos seus olhos e a isso serei eternamente grata;

Aos meus familiares e amigos, pelo carinho e torcida nessa trajetória;

Aos queridos Ana e Jesimon, com quem divido angústias e conquistas;

Aos meus professores, do ensino fundamental à graduação, que resistem e perseveram em prol de uma educação pública de qualidade;

À minha orientadora, Luanda Schramm, por ter aceitado participar deste trabalho, pelas conversas e comentários sempre esclarecedores.

CARREGOSA, Lais Lane Santos. **“O que você precisa saber?” Uma análise sobre a aplicação de *paywall* poroso durante a pandemia de covid-19**. Orientadora: Luanda Dias Schramm. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2021.

RESUMO

Quando a OMS classificou a covid-19 como pandemia, em março de 2020, a *Folha de S. Paulo* suspendeu a barreira de assinatura em textos sobre a doença. Este trabalho busca compreender como o jornal explicou a pandemia a seus leitores, dentro e fora da barreira de assinatura, e como a suspensão do *paywall* serviu à afirmação de sua autoridade interpretativa sobre a crise. Para isso, foram analisadas 643 matérias publicadas na editoria de saúde, entre 12 de março e 12 de abril de 2020, e a nota na qual anuncia a medida. Ao comparar os enquadramentos mobilizados, nota-se discrepância entre as interpretações sobre a crise sanitária em textos pagos e gratuitos. Aos primeiros foram reservadas discussões sobre a resposta à pandemia, com maior responsabilização governamental, enquanto nos últimos o jornal optou por responsabilizar o leitor. Isso se explica, em parte, pela maior utilização do gênero utilitário nos textos sem *paywall*, e por valores sociais identificados com o neoliberalismo.

Palavras-chave: jornalismo; covid-19; discurso metajornalístico; jornalismo de serviço; paywall.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 JORNALISMO E AUTORIDADE PROFISSIONAL 15
2.1 A busca por legitimidade 15
2.1.1 O discurso legitimador 16
2.1.2 Autoridade cultural 21
2.2 Narrativa jornalística e construção de sentidos 23

3 JORNALISMO E SAÚDE PÚBLICA 25
3.1 Jornalismo, ciência, saúde e interesse público 25
3.2 Breve revisão bibliográfica sobre a cobertura jornalística de epidemias no Brasil 30
3.3 A cobertura da pandemia de covid-19 pelo *Estado de São Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* .. 35

4 A APLICAÇÃO DE *PAYWALL* POROSO PELA *FOLHA DE S. PAULO* DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 39
4.1 Análise do discurso metajornalístico da *Folha de S. Paulo* sobre a suspensão do *paywall* 39
4.2 Enquadramentos na cobertura da pandemia 41
4.2.1 Conteúdos pagos e gratuitos 57

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 63

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 66

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020, os principais veículos de imprensa do país liberaram o acesso a conteúdo jornalístico sobre o novo coronavírus a não-assinantes. A suspensão do *paywall* seria uma forma de disseminar informações verídicas e relevantes sobre a pandemia de covid-19, diante dos riscos à saúde pública impostos pela propagação de *fake news*[1]. Adotada por veículos internacionais como *The New York Times* e *Público*, a estratégia foi implementada no Brasil pelos três jornais diários com maior circulação do país, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, além de portais como *El País Brasil* e *Nexo Jornal*. Os jornais publicaram em suas redes sociais que matérias de interesse público sobre o coronavírus estariam abertas a partir daquele mês.

O modelo de *paywall*, que implica a predisposição de leitores para pagar por conteúdo jornalístico online, é objeto de experimentos pelas organizações midiáticas desde a segunda metade dos anos 1990, com a popularização da internet (ARRESE, 2016). As tentativas foram frustradas, à exceção de alguns jornais especializados em economia e negócios, até a crise financeira de 2008 e a adoção do modelo "*freemium*" ou "*paywall* poroso" – no qual algumas matérias são abertas ao público, enquanto a grande maioria é restrita à assinatura – pelo *The Wall Street Journal*, à época recém-adquirido por Rupert Murdoch, que replicou o modelo nos jornais do grupo News Corporation (ARRESE, 2016). Depois, em 2011, a implementação do *paywall* poroso pelo *The New York Times* desencadeou a consolidação do modelo pago ao redor do mundo (ARRESE, 2016).

A adoção do *paywall* está associada à "crise" do jornal impresso, um processo ligado ao surgimento da internet, que implicou mudanças no comportamento das audiências e na atratividade do meio para anunciantes. Estes encontraram nas redes sociais uma forma barata e mensurável para atingir seus públicos, levando ao declínio da receita dos jornais, que tinham a publicidade como sua principal fonte de renda (ANDERSON et al, 2014). Segundo Anderson et al (2014), a redução na receita proveniente da publicidade tradicional começou ser sentida em 2006, mas àquela altura sinalizava uma transformação já ocorrida.

[1] "*Fake news*" são uma instância de desinformação, conceito que englobaria dois sentidos: o compartilhamento de informação falsa de forma descuidada e sua criação e disseminação deliberada, o que em inglês é diferenciado pelos termos *misinformation* e *desinformation*, respectivamente (WARDLE, 2017). Wardle (2017) categoriza "*fake news*" em sete tipos, dispostos em uma escala de intencionalidade: sátira ou paródia, conteúdos que estabelecem falsas conexões, conteúdo enganoso, conteúdo verdadeiro compartilhado com informações contextuais falsas, quando impostores se fazem passar por fontes genuínas, conteúdo manipulado e conteúdo fabricado (completamente falso).

Fazer o público pagar por algo que estava acostumado a acessar de forma gratuita foi uma das maneiras encontradas pela mídia para compensar a queda na arrecadação, intensificada com a crise de 2008. Dessa forma, atrair assinantes digitais se tornou uma estratégia de sobrevivência para os veículos de comunicação – cujas versões impressas caminham no sentido inverso ao da web, com cada vez menos leitores –, embora apresente alguns desafios como preço reduzido *versus* custo de produção, volatilidade das assinaturas e público restrito, conforme aponta Flávia Lima (2019), ombudsman da Folha entre 2019 e 2021.

No entanto, os jornais tradicionais não abandonaram sua versão impressa. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, acaba[2] de lançar novo projeto editorial, com um formato reduzido (*berliner*) e a proposta de publicar conteúdo aprofundado, como análises, reportagens extensas e perfis, fazendo frente ao digital imediatista. Contudo, para o ombudsman da *Folha*, José Henrique Mariante (2021, n.p.), investir em um meio fadado a sucumbir seria "uma corrida de cisnes, disputando quem solta o mais belo canto antes de perecer".

Hoje o veículo digital mais lido do país[3], a *Folha de S. Paulo* foi a precursora do modelo de barreira de assinatura no Brasil, em 2012. O jornal adota o modelo de *paywall* poroso, liberando acesso a cinco matérias por mês para não-assinantes, exceto colunas e blogs, que são restritos a leitores pagantes. Em 12 de março de 2020, a *Folha* acompanhou outros veículos de imprensa e suspendeu o *paywall* para "reportagens com informações relevantes sobre o novo coronavírus" (FOLHA..., 2020, n.p.), segundo a nota que anunciou a abertura da barreira de assinatura. Na ocasião, o jornal criou uma página para os textos liberados, que tem sido atualizada desde então[4].

Tendo a *Folha de S. Paulo* como objeto de pesquisa, devido à sua liderança em termos de leitores online e por ter sido o primeiro jornal a implementar o modelo pago no país, o objetivo desta monografia é analisar dois movimentos associados à cobertura da pandemia de covid-19: como o jornal usou a abertura do *paywall* para reafirmar sua autoridade interpretativa sobre a crise epidemiológica; e como explicou a pandemia nos textos com e sem barreira de

---

[2] O primeiro exemplar editado de acordo com o novo projeto do *Estadão* circulou em 17 de outubro de 2021. Na noite do dia 16, o jornal publicou matéria em seu site explicando o novo formato e a proposta da versão impressa. Disponível em: https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,moderno-e-melhor-para-ler-novo-estadao-impresso-tem-ainda-mais-conteudo-e-informacao-conheca,1203133. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

[3] Segundo a própria *Folha*, com base em pesquisa da Comscore para o primeiro trimestre de 2021, que posiciona o jornal como o primeiro entre os concorrentes em termos de páginas visitadas. No entanto, é importante pontuar que o jornal *O Globo* reivindica a liderança com base em outra métrica da mesma pesquisa, a de visitantes únicos, além de outros estudos. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/dados-de-audiencia-do-1o-trimestre-reafirmam-lideranca-da-folha.shtml e https://oglobo.globo.com/politica/o-globo-jornal-mais-lido-pelos-brasileiros-24982044. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[4] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/textos-liberados/. Acesso em: 18 de julho de 2021.

assinatura, publicados na editoria de saúde entre 12 de março de 2020, quando foi anunciada a suspensão do *paywall* para textos sobre a pandemia, e 12 de abril do mesmo ano.

Considerando que o pretexto usado pelos jornais para justificar a liberação de acesso a não-assinantes foi a disseminação de notícias falsas sobre a doença e seus possíveis impactos na saúde pública, pretendemos identificar como o jornalismo toma para si o discurso verdadeiro sobre a pandemia, em um movimento de autolegitimação da profissão. Ao mesmo tempo, interessa saber quais informações sobre a pandemia entraram na barreira de assinatura e quais foram abertas ao público, evidenciando o que o jornal considera importante saber e pensar sobre a crise sanitária, sob a ótica do enquadramento midiático.

Dessa forma, esta pesquisa parte da premissa que a seleção de matérias e reportagens para aplicação da barreira de assinatura pressupõe a utilização de critérios por parte dos meios de comunicação para definir o que é de interesse público sobre a covid-19. Jornalistas utilizam critérios, como notoriedade, proximidade e relevância dos acontecimentos, para identificar e construir as notícias, entretanto, os valores-notícia também podem estar relacionados a estratégias comerciais, afinal, é de se supor que as notícias mais valorizadas pelos jornais sejam colocadas atrás do *paywall* (KVALHEIM, 2013).

Nossa pesquisa tem como hipótese a sugestão, pela *Folha de S. Paulo*, de avaliações diferentes sobre a pandemia aos seus leitores assinantes e não-assinantes, ao mesmo tempo que reivindica sua autoridade interpretativa. Assim, demonstraremos que o jornal colocou atrás do *paywall* textos sobre discussões públicas de relevância no período analisado, enquanto privilegiou orientações sobre sintomas, formas de prevenção e checagem de informações falsas nas matérias sem barreira, o que implica distintas interpretações sobre problemas, causas e soluções para a pandemia propostas ao público, dentro e fora do *paywall*.

Esta monografia busca contribuir para o conhecimento sobre a cobertura jornalística de questões de saúde pública, especialmente sobre a pandemia de covid-19, e as estratégias organizacionais de autolegitimação dos veículos de imprensa como produtores de verdade e do jornalismo, de uma forma mais ampla, como autoridade cultural.

O primeiro capítulo tratará de como o jornalismo constrói para si uma autoridade profissional, uma vez que o monopólio sobre a área específica de conhecimento e o controle da admissão – características de outras profissões – não são suas prerrogativas. Utilizaremos o conceito de *boundary work* (GIERYN, 1983) para entender como os jornalistas, enquanto um grupo social, delimitam a fronteira entre "nós" e "eles" por meio de um *ethos* profissional identificado com a prestação de um serviço público (RIBEIRO, 2003; TRAQUINA; 2005). Nesta seção, introduziremos a teoria do discurso metajornalístico, que pressupõe um campo

retórico de disputas entre diferentes atores, engajados na definição de práticas e valores do jornalismo e na delimitação de fronteiras, com o propósito de legitimação profissional (CARLSON, 2016). Mais adiante, a teoria será utilizada para analisar o discurso da *Folha de S. Paulo* sobre a abertura do *paywall*.

Ainda no primeiro capítulo, falaremos sobre a narrativa jornalística, que, além de servir à autolegitimação do jornalismo, atua para reforçar visões hegemônicas ao oferecer mecanismos de compreensão da realidade segundo estruturas já consolidadas, assumindo a mesma função educativa dos mitos (BIRD; DARDENNE, [1988?]). Essa base conceitual nos ajudará a compreender como a *Folha de S. Paulo* explicou a pandemia, um acontecimento dissonante que, por meio da narrativa jornalística, é organizado conforme sentidos compartilhados (SILVA, 2019).

No capítulo seguinte, serão abordados os conceitos de jornalismo de serviço e jornalismo científico. O primeiro, um gênero jornalístico independente cujo objetivo é informar ao indivíduo ao invés do cidadão (DIEZHANDINO, 1993), foi frequentemente utilizado na cobertura da pandemia aberta ao público. Já o jornalismo científico é definido como uma forma de divulgação científica, circunscrita às normas e valores do jornalismo (BUENO, 1985). Em seguida, faremos uma breve revisão bibliográfica sobre a cobertura jornalística de epidemias no Brasil, da dengue à covid-19, e uma análise episódica da cobertura da pandemia de covid-19 em 2020 e 2021 pelos jornais tradicionais *Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

Por último, analisaremos o discurso metajornalístico da *Folha de S. Paulo*, a partir da identificação dos processos de definição de práticas e valores, *boundary work* e legitimação. Para analisar como o jornal explicou a pandemia para assinantes e não-assinantes, utilizaremos o conceito de enquadramento, segundo o qual, ao destacar certos aspectos da realidade e ocultar outros, a mídia sugere definições, causas, soluções e avaliações morais sobre um determinado assunto (ENTMAN, 1993), definindo assim como público deve pensar. O conceito também é útil a análises de estruturas ideológicas mais profundas, contrapondo-se ao paradigma da manipulação midiática (TANKARD, 2001).

Nosso *corpus* é formado por 643 textos publicados na editoria de saúde do jornal entre 12 de março e 12 de abril de 2020, dos quais 593 matérias foram publicadas dentro do *paywall* e 50 para livre acesso. Nove textos foram desconsiderados por não tratarem a pandemia como o tema central da pauta. A análise abordará os enquadramentos interpretativos (PORTO, 2004) presentes nesses textos a fim de identificar possíveis divergências quanto à predominância de determinados *frames* em notícias abertas ao público ou com barreira de assinatura.

2 JORNALISMO E AUTORIDADE PROFISSIONAL

2.1 A busca por legitimidade

Seja nos estudos dos atributos que diferenciariam uma profissão de ocupação (GREENWOOD, 1957 apud TRAQUINA, 2005, p. 102-106) ou nas análises de tradição weberiana que buscam compreender as condições que levam um grupo social a reivindicar esse status (HUGHES, 1963 apud SCHUDSON; ANDERSON, 2008, p. 89), o estabelecimento de uma profissão está associado à autoridade de um grupo sobre um campo especializado do saber. O reconhecimento da autoridade passa por um conhecimento formal, de natureza intelectual e não somente prática, sobre o qual a profissão reivindica o monopólio e pela ratificação da comunidade, que lhe confere poderes e privilégios, entre eles o controle da admissão.

A questão que se impõe à autoridade profissional do jornalista é justamente a ausência de um campo de atuação delimitado e a natureza do conhecimento especializado cujo domínio ele reclama.

As associações de jornalistas não têm o poder para definir quem está apto a exercer a profissão, sendo que a educação formal neste campo do conhecimento não é exigência para o ingresso de neófitos[5]. Em sua defesa enfática da ideia de que o jornalismo está envolvido em um processo de profissionalização – cujos objetivos essenciais foram alcançados: maior liberdade e autonomia e um estatuto social identificado com o de profissões liberais como direito e medicina –, Traquina (2005, p. 114) afirma que a identificação do jornalismo com a liberdade "torna difícil e, na opinião de muitos cidadãos dentro e fora da profissão, mesmo perigoso, estabelecer qualquer licença para ser jornalista".

O autor ressalta como saberes do jornalismo as técnicas de recolhimento de informações, elaboração de estruturas narrativas e um jargão próprio (TRAQUINA, 2005). Há ainda o saber, mais instintivo que teórico, ligado à capacidade de distinguir entre os fatos o que é notícia, atribuindo-lhes os valores de "importante" e "interessante" com base na experiência e senso comum do jornalista, qualidade conhecida como *news judgement* (TUCHMAN, 1999).

No contexto estadunidense, a afirmação da autoridade profissional dos jornalistas está ligada à utilização, a partir do século XX, da pirâmide invertida e o estabelecimento do lide

[5] No Brasil, o Supremo Tribunal Federal julgou a exigência do diploma de jornalismo para exercício da profissão por meio do Recurso Extraordinário nº 511.961. Em 2009, o Tribunal entendeu que o inciso V do artigo 4º do Decreto-lei nº 972/1969, que estabelecia a exigência, não estava de acordo com a Constituição de 1988, em especial o direito de liberdade de expressão. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/. Acesso em: 17 de maio de 2021.

como convenção, é nesse momento que o jornalista assume a mediação e interpretação da informação como sua prerrogativa (SCHUDSON, 1982 apud TRAQUINA, 2005, p. 88).

Como afirma Traquina (2005, p. 118), a "teoria democrática reconhece certamente que os jornalistas têm uma competência específica que é identificada em primeiro lugar com o fornecimento de informação à sociedade, isto é, notícias". Desta forma, na ausência de um campo de atuação delimitado, o jornalismo criou para si um *ethos* profissional baseado em papéis sociais definidos (TRAQUINA, 2005).

2.1.1 O discurso legitimador

Como distinguir, entre aqueles que comunicam fatos, quem faz um jornalismo profissional? A questão presume a aplicação de valores associados à ideia de "profissionalismo" tanto para reivindicar a jurisdição sobre o conhecimento e sua prática quanto para traçar uma divisória entre "profissionais" e "não profissionais". Os conceitos de jurisdição e *boundary work* são aplicados por Schudson e Anderson (2008) para compreender o papel da objetividade no "projeto profissional" (LARSON, 1997 apud SCHUDSON; ANDERSON, 2008, p. 90) do jornalismo norte-americano, podendo também servir à análise do caso brasileiro.

Segundo Abbott (1988 apud SCHUDSON; ANDERSON, 2008, p. 95), um dos principais aspectos da luta profissional é a disputa sobre a jurisdição, na qual um grupo reivindica o reconhecimento da sociedade em relação ao seu conhecimento abstrato, e consequentemente a autoridade que tal reconhecimento lhe confere, por meio de direitos exclusivos. No caso do jornalismo, afirmam Schudson e Anderson (2008), os profissionais estabelecem sua jurisdição sobre a objetividade, que opera duplamente como norma profissional e expertise.

> As profissões, argumenta Abbott, são "grupos um tanto exclusivos de indivíduos que aplicam conhecimentos um tanto abstratos a casos particulares" (Abbott, 1988, p. 8). Ainda assim, a maioria dos segmentos da profissão jornalismo não são exclusivos (e com a chegada do jornalismo online estão se tornando cada vez menos); nem o conhecimento jornalístico é abstrato. O jornalismo parece simultaneamente fazer uma afirmação grandiosa de seu conhecimento (que possui a habilidade para isolar, transmitir e interpretar os mais relevantes aspectos públicos da realidade social) e outra incrivelmente modesta (que, na verdade, a maioria dos jornalistas não são especialistas, mas simplesmente generalistas que fazem perguntas). (SCHUDSON; ANDERSON, 2008, p. 96, tradução nossa[6])

[6] No original: "Professions, argues Abbott, are "somewhat exclusive groups of individuals applying somewhat abstract knowledge to particular cases" (Abbott, 1988, p. 8). Yet most segments of the journalism profession are

Na raiz da disputa por jurisdição, está a delimitação de campos de conhecimento e a necessidade de definir *insiders* e *outsiders* (SCHUDSON; ANDERSON, 2008), expressa no conceito de *boundary work* elaborado por Gieryn (1983). O autor define três ocasiões em que a definição de fronteiras pode ser útil a ideologias profissionais: 1- para expandir seu domínio sobre áreas reivindicadas por outras profissões ou ocupações; 2- para monopolizar autoridade profissional e recursos dentro de um campo, excluindo rivais ao qualificá-los como "amadores" – à exemplo, a discussão sobre a definição de "jornalismo online" (SINGER, 2003) –; 3- para proteger a autonomia profissional, eximindo *insiders* das consequências de seu trabalho (GIERYN, 1983). Nos três casos, a definição de fronteiras se dá por oposição ao "outro".

Embora originalmente aplicado aos cientistas, o conceito tem sido útil aos estudos sobre o jornalismo como profissão (SCHUDSON; ANDERSON, 2008; CARLSON, 2016), uma vez que a retórica profissional assume um caráter importante na ausência de outros mecanismos que possam distinguir jornalistas de não jornalistas.

Jornalistas utilizam recursos narrativos tanto para consolidar o caráter "verdadeiro" de sua produção ante outros grupos interpretativos, estabelecendo sua autoridade interpretativa sobre os acontecimentos, quanto para manter coesão interna (ZELIZER, 1992 apud SCHUDSON; ANDERSON; 2008, p. 97). Zelizer (1993) propõe o estudo do jornalismo sob a luz da "comunidade interpretativa", entendida nesse caso como uma comunidade cuja coesão é estabelecida por suas interpretações coletivas de importantes eventos públicos, sendo esse discurso compartilhado determinante para a forma como os jornalistas enxergam a si mesmos. "Os jornalistas, nessa visão, unem-se criando histórias sobre seu passado que eles rotineira e informalmente circulam uns para os outros – histórias que contêm certas construções da realidade, certos tipos de narrativas e certas definições de prática apropriada" (ZELIZER, 1993, p. 223, tradução nossa[7]).

De acordo com Schudson e Anderson (2008), a ideia de autoridade jornalística de Zelizer é incompleta devido ao seu foco na dimensão retórica da disputa por legitimidade. Para eles, os jornalistas reivindicam retoricamente a sua autoridade, mas há também negociações entre diversos atores no âmbito da estrutura, que tornam as fronteiras entre "jornalistas" e "não

not exclusive (and with the arrival of on-line journalism becoming progressively less so); nor is journalistic knowledge abstract. Journalism seems to simultaneously make a grandiose knowledge claim (that it possesses the ability to isolate, transmit, and interpret the most publicly relevant aspects of social reality) and an incredibly modest one (that really, most journalists are not experts at all but are simply question-asking generalists)."

[7] No original: "Journalists, in this view, come together by creating stories about their past that they routinely and informally circulate to each other – stories that contain certain constructions of reality, certain kinds if narratives, and certain definitions of appropriate practice."

jornalistas" cada vez mais confusas.

> Isso não nega que os atores sociais ainda encontram um valor retórico ao fixar suas próprias fronteiras. Jornalistas, blogueiros, jornalistas cidadãos, repórteres ativistas, todos acham útil definir a si mesmos e aos outros como pessoas de dentro ou de fora, como parte do "nosso" ou "outro" grupo. É aqui que a noção bourdieueana de campo é valiosa, talvez não como uma descrição da realidade social realmente existente, mas pelo menos como um termo que aponta para a construção cultural de fronteiras nas quais os jornalistas convencionais e seus vários concorrentes estão emocionalmente investidos. Com as categorias flexíveis e desafiadas, a retórica que define *insider* e *outsider* em fluxo, a aplicação da retórica é estratégica e essencial para a identidade dos vários atores sociais envolvidos. (SCHUDSON; ANDERSON, 2008, p. 98, grifos nossos, tradução nossa[8])

Carlson (2016) elabora a dimensão retórica do jornalismo como profissão e as disputas em torno do campo na teoria do "discurso metajornalístico". O termo descreve o campo discursivo no qual atores, dentro e fora da profissão, avaliam textos noticiosos, as práticas que os produzem e sua recepção. O autor argumenta que o discurso metajornalístico "conecta a criação e a circulação dos significados socioculturais do jornalismo às práticas sociais em torno da produção e do consumo de notícias" (CARLSON, 2016, p. 350, tradução nossa[9]).

A teoria tem como premissa a natureza do jornalismo como uma prática cultural, ou seja, sujeita às variáveis tempo e espaço e a contextos sociais, econômicos e tecnológicos, sendo entendida como um conjunto de relações sociais, nas quais seu sentido é construído por jornalistas e atores externos (CARLSON, 2016). A ideia de um jornalismo plural, cujas configurações locais dependem da história, cultura e relações de poder específicos àquela realidade, é corroborada por trabalhos como o de Roudakova (2009), sobre o papel dos jornalistas como conciliadores das esferas política e social na União Soviética, e de Albuquerque (2000a) sobre a reinterpretação brasileira do jornalismo como "Quarto Poder".

Assumindo as particularidades do jornalismo, o conceito de discurso metajornalístico permite a análise da disputa entre diferentes atores, onde esses discursos são veiculados e a quem se dirigem, e do que se tratam (CARLSON, 2016). Discursos metajornalísticos estabelecem definições sobre práticas noticiosas, seus produtos e agentes envolvidos:

> A pergunta frequente de "quem é jornalista?" revela o grau em que as definições se

[8] No original: "This does not deny that social actors still find a rhetorical value in fixing their own borders. Journalists, bloggers, citizen journalists, activist reporters all find it useful to define themselves and others as insider or outsider, as part of "our" or "the other" group. This is where the Bourdieuean notion of the field is valuable, perhaps not as a description of actually existing social reality, but at least as a term that points to the cultural construction of boundaries to which conventional journalists and their various competitors are emotionally invested. With the categories flexible and challenged, the rhetoric defining insider and outsider in flux, the deployment of the rhetoric is both strategic and essential to the identity of the various social actors involved."

[9] No original: "connects the creation and circulation of journalism's sociocultural meanings to the social practices surrounding news production and consumption."

> tornam pontos de discórdia entre atores com perspectivas diferentes. No entanto, essas definições são importantes para quem ou o que elas incluem e excluem como jornalismo. Elas formam a linguagem por meio da qual os atores compreendem o que é jornalismo e dão forma a entendimentos dele como uma forma de produção cultural. (CARLSON, 2016, p. 359, tradução nossa[10])

Segundo Carlson (2016), discursos metajornalísticos criam fronteiras entre "jornalistas" e "não jornalistas" por meio de um trabalho retórico que define atores, práticas e tópicos "apropriados", delimitação que pode ocorrer por meio de categorias explícitas ou por um entendimento comum ao grupo do que é ou deveria ser o jornalismo. É por meio de definições e fronteiras que o discurso metajornalístico garante legitimidade a determinados meios, atores e convenções, sendo o discurso também o campo no qual essa legitimidade é contestada (CARLSON, 2016).

A profissionalização do jornalismo brasileiro nos anos 1950 (RIBEIRO, 2003; ALBUQUERQUE, 2010; JACÓME, 2014) nos oferece um exemplo de como esses atores, por meio de discursos metajornalísticos, delimitaram fronteiras entre o jornalismo, a política e a literatura, elevaram a objetividade ao patamar de prática legítima e ideal e, com base nesse ideal de objetividade, criaram uma identidade profissional, conforme relatado por Ribeiro (2003). Contudo, é importante ressaltar que uma série de mudanças estruturais são concomitantes à construção dessa identidade profissional, entre elas o aumento salarial, o nascimento das escolas de jornalismo e a regulamentação da profissão (RIBEIRO, 2003).

Em entrevista a Ribeiro (2003), Alberto Dines demonstra o movimento de *boundary work* em meados do século passado: "[...] Quem eram os velhos daquela época [décadas de 1950 e 1960]? Não eram os jornalistas; chegavam lá e escreviam uma coisinha. Não eram jornalistas profissionais." (RIBEIRO, 2003, n.p.) Da mesma forma, o Diário Carioca, precursor do "jornalismo moderno" no Brasil, lançou o primeiro manual de redação do país a fim de normatizar a produção jornalística aos moldes estadunidenses, introduzindo normas técnicas (lide) e valores (objetividade) (ALBUQUERQUE, 2010; JÁCOME, 2014). Contudo, segundo Ribeiro (2003), o modelo transplantado não resultou na autonomia completa do jornalismo brasileiro ante a política, cuja relação classificou como simbiótica.

Além disso, Albuquerque (2010) chama a atenção para o que chamou de "modernização autoritária" conduzida pelo Diário Carioca, que se associaria a uma "profissionalização" ao invés de "profissionalismo". O autor entende o primeiro termo como um discurso com ênfase

[10] No original: "The often-asked question of "who is a journalist?" reveals the degree to which definitions become points of contention among actors with differing perspectives. Yet these definitions matter in who or what they include and exclude as journalism. They form the language through which actors comprehend what journalism is, and they shape understandings of it as a form of cultural production."

no aperfeiçoamento ou superioridade das práticas introduzidas, enquanto o segundo é avaliado a partir dos critérios de autonomia dos jornalistas, organização social em torno de normas próprias e ética profissional identificada com a prestação de um serviço público.

Interessa-nos o caráter discursivo da profissionalização do jornalismo no Brasil e seus lugares de autorreferenciação (RIBEIRO, 2007 apud JÁCOME, 2014, p. 55), entendidos como discursos por meio dos quais jornalistas ou empresas constroem sua imagem com o propósito de legitimação – o conceito tem semelhança aos discursos metajornalísticos de Carlson (2016), embora não admita o papel de atores externos na construção das definições sobre o jornalismo. O jornalismo brasileiro invocou um discurso sobre si mesmo para legitimar sua "modernização" e o faz novamente, em um contexto de "crise" da imprensa, para reforçar os valores edificados no passado, demarcando o seu território em torno do que considera jornalismo (MANNA et al, 2017). Ao mesmo tempo, novos atores tentam, retoricamente, redefinir o que significa fazer jornalismo, às vezes reafirmando práticas profissionais institucionalizadas, reiteradas pelos discursos dos veículos tradicionais, outras vezes atualizando-as (MANNA et al, 2017).

> Ainda que o discurso da crise esteja ancorado no passado e em uma lógica teleológica da história, o novo contexto acaba por criar suas próprias formas de conceber o passado pelas demandas de reapropriação no presente. O que observamos, nesse sentido, é uma disputa por uma referencialidade que, em vez de ser resgatada *da* história, é produzida e oferecida *para* a história. Como em qualquer luta pela hegemonia, os embates por um lugar no jornalismo são também, em sentido forte, disputas de jornais pela própria história, seu passado e seu futuro. (MANNA et al, 2017, n.p., grifos dos autores)

O "jornalismo profissional" é um terreno em disputa, ainda mais acirrada com o surgimento da internet e a veiculação online de notícias, que desafiam os valores identificados com o jornalismo tradicional (SINGER, 2003). Além do aspecto discursivo dessa disputa, é necessário olhar para as mudanças estruturais desencadeadas pela internet, que alteraram as rotinas produtivas dos veículos tradicionais.

Anderson et al (2014) chamou de jornalismo pós-industrial o cenário no qual as práticas jornalísticas tradicionais são desafiadas por novos modelos; pela proliferação de veículos nativos digitais, mais dinâmicos e de nicho; além do papel cada vez mais ativo do público, muitas vezes mais próximo do acontecimento, em condições de documentá-lo e publicá-lo que o próprio jornalista. Soma-se a isso o contexto de reorganização forçada dos veículos tradicionais, que vêm perdendo receita com a chegada da internet e, consequentemente, de melhores alternativas à publicidade tradicional, uma de suas principais fontes financeiras (ANDERSON et al, 2014).

Os autores arriscam prever o que seria da mídia no ano de 2020. Entre os prognósticos,

o de que cada vez mais novos atores disputarão o campo, sendo o declínio da confiança do público na imprensa americana o efeito colateral desse cenário: "É provavelmente a hora de abandonar a ideia de que existe algo chamado 'a imprensa' que goza de uma reputação entre algum grupo chamado 'o público'" (ANDERSON et al, 2014, p. 108, tradução nossa[11]). Esse declínio na confiança também vem sendo observado no Brasil – onde as organizações midiáticas são vistas como entidades com interesses econômicos e ideológicos –, mas, curiosamente, não se reflete na credibilidade dos jornalistas, vistos como peritos que se esforçam para atender ao interesse público (MICK, 2019).

2.1.2 Autoridade cultural

Conforme aponta Ribeiro (2003), a responsabilidade social do jornalismo teve seu papel na formação de uma identidade profissional no Brasil, embora o jornalismo nacional não tenha chegado a constituir-se como o "cão de guarda" americano, devido à sua relação simbiótica com o poder. No entanto, como parte do *ethos* profissional, o papel social do jornalista serve à sua afirmação como autoridade cultural, entendida aqui, no sentido proposto por Starr (1982 apud CARLSON, 2016, p. 349, tradução nossa[12]), como "a probabilidade de que definições particulares de realidade e julgamentos de significado e valor prevalecerão como válidos e verdadeiros".

A concepção romântica da identidade profissional do jornalista, seu comprometimento com a sociedade e a defesa dos valores democráticos, está inicialmente relacionada ao processo de profissionalização do jornalismo (PEREIRA, 2004). Mais tarde, essa visão é contrastada à uma concepção empresarial, que tem a notícia como produto e o jornalista como operário (PEREIRA, 2004). No Brasil, essa trajetória é confusa devido à interferência estatal na organização profissional entre o Estado Novo e os primeiros anos da ditadura militar, o que, segundo Pereira (2004), teria prejudicado o desenvolvimento de um jornalismo romântico. Entretanto, o autor afirma que "há vários exemplos na história da imprensa brasileira de campanhas jornalísticas marcados pelo comprometimento social" (PEREIRA, 2004, n.p.).

Nos Estados Unidos, a convivência entre o fim da atividade jornalística, ou seja, servir ao público, e o fim comercial, o lucro, foi organizada pela Teoria da Responsabilidade Social, concebida em um contexto de preocupação com a concentração midiática no país, em meados

[11] No original: "It is probably time to retire the idea that there is something called 'the press' that enjoys a reputation among some group called 'the public'."

[12] No original: "the probability that particular definitions of reality and judgments of meaning and value will prevail as valid and true."

do século XX (PEREIRA, 2004; SILVA; PAULINO, 2003; LIMA, 2009; MIRANDA, c2018). Segundo Miranda (c2018), a teoria se contrapõe ao ideal liberal de que a livre circulação de pensamentos seria suficiente para garantir aos indivíduos acesso à liberdade de expressão, enquanto Lima (2009) a vê como uma adequação desse pensamento ao contexto de críticas à atuação da imprensa. Contudo, os dois autores concordam que o peso da responsabilização recai sobre o jornalista. É ele quem deve empregar em sua atividade os critérios de objetividade – essencial para a Teoria da Responsabilidade Social (PEREIRA, 2004) –, espaço ao contraditório, veracidade das informações, isenção e atendimento ao interesse público, identificados com o "bom jornalismo" (LIMA, 2009, n.p.) e parte de um ritual de proteção a críticas (TUCHMAN, 1999).

Bem recebida pela academia e pelos jornalistas, a teoria não representou uma mudança de paradigma para as empresas jornalísticas que, em meio a mudanças estruturais e culturais, acabaram por reafirmar o "jornalismo de mercado" (PEREIRA, 2004; MIRANDA, c2018).

A centralidade da mídia na contemporaneidade e seu relacionamento desproporcional com o público é elucidada por Miguel (1999), ao aplicar o conceito de sistema perito, elaborado por Anthony Giddens, à análise do jornalismo. No estudo, destacam-se duas dinâmicas: como um sistema perito, ou seja, como um produto ou serviço de "[...] excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje" (GIDDENS, 1991 apud MIGUEL, 1999, p. 198), o jornalismo depende da confiança do público em relação ao que se propõe a fazer; ainda assim, diferentemente de outros sistemas peritos, não há como atestar a eficiência do jornalismo no relato de informações verídicas e na justeza dos critérios de seleção e hierarquização da notícia e seus componentes. Embora o jornalismo sirva à verificação da efetividade de outros sistemas peritos, funcionando nesses casos como um meta-sistema perito, isso não ocorre em relação a si mesmo:

> O importante é perceber que a concorrência funciona de maneira muito imperfeita como *meta-sistema perito*. Ela o faz em alguma medida, como mostram a busca pelo furo de reportagem, a denúncia das "barrigas" alheias ou mesmo o intento de oferecer a cobertura mais completa. Mas, se no varejo a concorrência pode promover pequenas diferenciações, no atacado permanece a pressão uniformizante provocada pela maneira de ver o mundo compartilhada pelos jornalistas, pelo interesse de classe dos proprietários e pela influência dos anunciantes. (MIGUEL, 1999, p. 203, grifos do autor)

O jornalismo tem ainda a função de operador de reflexividade – conceito de Giddens que trata da apropriação dos saberes pelo indivíduo e sua aplicação –, uma vez que age como mediador do conhecimento produzido (MIGUEL, 1999). Para além da reflexividade como um atributo do jornalismo de maneira geral, agir e refletir sobre a realidade devem ser parte do

exercício profissional, visando a transformação da sociedade – o que não se confunde com militância – sobrepondo interesses sociais aos de grupos (IJIUM, 2009). Segundo Ijium (2009, p. 39) "esta postura colabora com a reflexão de outros seres humanos – da audiência –, com o alargamento da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de cumplicidade e solidariedade entre seres humanos".

De acordo com Pereira (2004), o jornalista como intelectual, responsável pela construção da pauta social e de referencialidades culturais, não se opõe ao caráter empresarial das organizações midiáticas, da mesma forma que a noção de responsabilidade social dos profissionais convive com as empresas jornalísticas. Mas, para adequar a produção jornalística em um contexto empresarial ao papel social da profissão, é necessária a adoção de práticas associadas à noção de *accountability*, que significa não só a responsabilização dos atores envolvidos, mas também sua prestação de contas à sociedade (SILVA; PAULINO, 2003; MIRANDA, c2018).

2.2 Narrativa jornalística e construção de sentidos

Além de servir à consolidação da autoridade interpretativa do jornalismo, a narrativa jornalística oferece um pano de fundo para a compreensão da realidade, muitas vezes reforçando visões hegemônicas. Segundo Albuquerque (2000b, p. 88), as convenções narrativas utilizadas nas notícias "trazem implícitas representações acerca da ordem política e o papel que cabe aos jornalistas desempenhar nela".

Notícias, quando vistas em conjunto, formam um sistema simbólico que educa audiências tal qual mitos, fornecendo explicações e reafirmando valores (BIRD; DARDENNE, [1988?]). "Os fatos, nomes e detalhes mudam quase que diariamente, mas a estrutura na qual se encaixam – o sistema simbólico – é mais duradoura" (BIRD; DARDENNE, [1988?], p. 69, tradução nossa[13]). Portanto, embora jornalistas relatem acontecimentos novos, eles usam estruturas narrativas conhecidas que implicam escolhas, como aquela referente ao que é notícia ou *news judgement*, refletindo interesses dominantes (BIRD; DARDENNE, [1988?]).

> É um processo mais complexo do que um modelo consensual ou um modelo manipulador, que atribui todo o controle à mídia e vê a mídia como algo fora da cultura, embora a afetando. Ao invés disso, a mídia faz parte da cultura, mas com um tipo particular e privilegiado de status dentro dela. A reformulação da narrativa pela mídia terá mais sucesso quando puder apresentar novas informações de uma forma que esteja de acordo com as convenções narrativas existentes dos leitores e possa ser

[13] No original: "The facts, names, and details change almost daily, but the framework into which they fit –the symbolic system– is more enduring."

> acomodada dentro delas. (BIRD; DARDENNE, [1988?], p. 81-82, tradução nossa[14])

Mais recentemente, Silva (2019) se valeu de uma metáfora pendular para compreender a narrativa jornalística como racionalizadora do dissonante. Afastando-se de uma perspectiva teórica funcionalista, o autor defende que a sociedade se organiza por meio de sentidos compartilhados, estrutura relacionada ao conceito gramsciano de hegemonia e que Silva chama de doxa. Cabe ao jornalismo, como uma prática cultural, decodificar o paradoxal (aquilo que desvia dos sentidos da doxa):

> Na construção estético-expressiva da narração jornalística, por exemplo, elementos gráficos e seções analíticas específicas – os famosos elementos-clichês traduzidos na ideia de "entenda o caso" – apresentam como chamariz um traço simbólico comum: o retorno por meio de uma explicação culturalmente aceita aos sentidos consensuais outrora intactos. Semelhantemente, "experts" de diferentes áreas – atores sociais legitimados como fontes de informação – atribuem seus argumentos supostamente ancorados na objetividade jornalística e/ou na racionalidade científica para a "captura" dos sentidos paradoxais que abalam a regularidade cotidiana e, na sequência, devolvê-los aos significados doxais respaldados pela sociedade. (SILVA, 2019, p. 46)

O jornalismo identifica e singulariza o paradoxal, cujo valor-notícia é diretamente proporcional ao seu caráter dissonante, esse valor também determina a posição ocupada pela notícia na estrutura hierarquizada dos jornais. Segundo Silva (2019), são maneiras de apreender a valoração do acontecimento no noticiário: volume de notícias, espaço ou tempo reservados, e número de suítes. Ainda de acordo com o autor, a racionalização do acontecimento se dá de quatro formas no noticiário: uso do factual; segmentação da realidade, organizada pelos veículos em cadernos, colunas, posts e estruturas similares; uso de fontes legitimadas a falar; e a repercussão de eventos de segunda ordem, que diluem o paradoxal do acontecimento (SILVA, 2019).

Nesta monografia, buscamos compreender dois movimentos associados à cobertura jornalística da pandemia de covid-19: a mobilização da autoridade do "jornalismo profissional" – como vimos, um campo disputado – para fornecer informações "verdadeiras" e "relevantes"; e de que forma, reafirmando sua legitimidade, a *Folha de S. Paulo* explicou o paradoxal, para usar o termo de Silva (2019), nas notícias abertas e restritas a não-assinantes.

[14] No original: "It is a process that is more complex than either a consensual model or a manipulative model, which assigns all the control to the media, and sees media as somehow outside of, yet affecting, culture. Rather, media are very much part of culture, but with a particular kind of privileged status within it. The media's narrative reshaping will be most successful when this can present new information in such a way that it accords with readers' existing narrative conventions, and can be accommodated within them."

3 JORNALISMO E SAÚDE PÚBLICA

3.1 Jornalismo, ciência, saúde e interesse público

Como demonstraremos no próximo capítulo, durante a cobertura da pandemia de covid-19, parte dos conteúdos jornalísticos sobre saúde e ciência foi organizada sob os códigos do gênero utilitário ou jornalismo de serviço. Simplificadamente, esse gênero está associado à divulgação de informações de caráter prático, que sejam úteis ao público, podendo estimular sua ação ou reação (DIEZHANDINO, 1993; VAZ, 2008, 2011, 2012).

Apesar dos argumentos de que o próprio papel social do jornalismo configuraria serviço público, é preciso distingui-lo do gênero jornalismo de serviço. Este se desenvolveu como um gênero jornalístico independente, cuja utilização está ligada ao capitalismo e à sociedade de consumo (DIEZHANDINO, 1993; VAZ, 2008), sendo marcado por um caráter orientativo, visando fornecer informação "útil e utilizável" (VAZ, 2011, p. 5) ao receptor. Como resume Diezhandino (1993, p. 124, grifos da autora, tradução nossa[15]), o jornalismo de serviço "[...] não se limita a informar *sobre* mas *para*". É um conteúdo escrito na segunda pessoa, cuja utilização se dá na primeira pessoa do singular:

> Ao contrário do conceito ortodoxo de jornalismo como serviço, o chamado jornalismo de serviço, em vez do "cidadão", serve ao "indivíduo". É mais personalista do que social. Pode-se dizer, mais do que público, privado. A utilidade interessa à vida pessoal, mais do que à social, embora seja evidente que uma se reverte na outra. (DIEZHANDINO, 1993, p. 123, tradução nossa[16])

Segundo Silva (2013), a incorporação de serviço ao jornalismo é uma característica do século XXI. No entanto, o autor trata de um jornalismo voltado ao serviço público, denominado "pós-jornalismo", que não está restrito ao gênero jornalismo de serviço, mas que também se afasta do conceito ortodoxo de que apenas fornecer informações seria serviço. Para o autor, o paradigma do pós-jornalismo parte do reconhecimento de que as notícias têm consequências sociais, inserindo-as em um "[...] contexto de ética discursiva: tanto no que se refere ao discurso prático (do reconhecimento moral do que a todos agride nos costumes), quanto ao discurso teórico (da mudança de valores em torno das próprias normas)" (SILVA, 2013, p. 16).

---

[15] No original: "[...] no se limita a informar *sobre* sino *para*".

[16] No original: "A diferencia del concepto ortodoxo del periodismo como servicio, el llamado periodismo de servicio más que al "ciudadano" atiende al "individuo". Es más personalizante que socializante. Se podna decir, más que público, privado. Interesa la utilidad en la vida personal, más que en la social, aunque es evidente que la una redunda en la otra."

De acordo com a hipótese formulada por Silva (2013), o jornalismo voltado ao serviço público se compõe com os já conhecidos paradigmas do protojornalismo (sensacionalista) e do jornalismo. Este funcionaria mais como uma proposta que garantiria legitimidade a determinados princípios, seria, segundo o autor, o jornalismo da tríade objetividade, neutralidade e imparcialidade, o "Quarto Poder".

> A correlação entre imprensa livre e democracia não deixou de existir, mas, o próprio jornalismo passou a cobrar de si mais do que um valor cívico e político, passou a querer incorporar algo mais aos fatos, e que não é nem a ficcionalização dos mesmos e nem o acréscimo de opinião aos mesmos. Esse algo mais se traduz em serviço. Já não basta ao jornalismo se contentar com a oferta de acontecimentos transformados em notas, notícias e reportagens. Já não são suficientes os fatos narrados em sua natureza jornalística primordial, a natureza acrescida de valor, o valor-notícia (news value). Nesse novo paradigma, é preciso ir além dos fatos, é preciso recobri-los de contexto, de utilidade pública, transformando-se a função noticiosa numa espécie de serviço público. (SILVA, 2013, p. 13)

Partindo da teoria marxista, o autor defende que o acréscimo da noção de serviço ao jornalismo eleva a notícia ao patamar de insumo para o exercício da cidadania, não estando mais restrita ao seu caráter mercadológico.

Contudo, é importante pontuar que o jornalismo brasileiro difere do "Quarto Poder" americano. Como uma prática ligada à cultura política local, o jornalismo se desenvolveu nos Estados Unidos com um compromisso de proteção dos interesses individuais, o que se reflete na concepção do que é notícia, na autonomia do profissional, na interlocução com o cidadão comum – cujos interesses frente às instituições e ao Estado são representados pelo jornalista – e, dessa forma, na concepção do jornalismo como fiscalizador, responsável por resguardar o equilíbrio entre os poderes constitucionais e prevenir abusos (ALBUQUERQUE, 2000a). Além disso, como aponta Albuquerque (2000a), o consenso social em torno de verdades fundamentais no país contribui para a distinção entre fatos e opiniões e, consequentemente, a construção da objetividade jornalística. Por aqui, segundo a hipótese do autor, a noção de uma democracia em crise e uma cultura segundo a qual o interesse geral tem precedência em relação ao indivíduo abrem caminho para que o jornalismo reivindique um papel moderador, que se apresenta como uma reinterpretação do "Quarto Poder" americano.

> Em um país em que a ordem política é percebida como fundamentalmente estável, como nos Estados Unidos, a responsabilidade política se apresenta como uma mera questão de seguir as regras do jogo; em um país na qual a ordem política é entendida como estando ainda por ser criada e/ou ameaçada de ser destruída, a responsabilidade política tende a ser entendida como urna questão mais delicada, de preservar as condições que permitem às regras do jogo vigorar, mesmo que ao preço do descumprimento de algumas (ou de várias) regras fundamentais. (ALBUQUERQUE, 2000a, p. 42)

Distante da concepção liberal do "Quarto Poder" ou do "Poder Moderador" brasileiro, os jornalistas da União Soviética enxergavam a si mesmos como parte do Estado, sendo considerados o seu "[...] ramo mais 'humano'" (ROUDAKOVA, 2009, p. 415, tradução nossa[17]), com uma forte ligação ao serviço público. Como relata Roudakova (2009), jornalistas agiam como conciliadores entre os ideais socialistas e sua falha implementação. O cidadão médio poderia recorrer a eles quando se sentia injustiçado pela administração ou pelo judiciário soviético, escrevendo cartas, ligando ou visitando as redações, sendo que, muitas vezes, esses problemas eram solucionados sem a publicação de matérias.

> Alguns dos mecanismos de reparação de injustiças que não envolviam a publicação de artigos incluíam jornalistas envergonhando o oficial culpado (por telefone ou em conversa privada) em nome do cidadão, ameaçando o oficial culpado com a publicação da carta da pessoa injustiçada no jornal, ameaçando conduzir uma investigação jornalística sobre o caso de injustiça, efetivamente conduzindo uma investigação e nunca publicando, e conduzindo uma investigação e fazendo múltiplas tentativas de publicá-la. (ROUDAKOVA, 2009, p. 417, tradução nossa[18])

Essa relação entre a imprensa, responsável por reconhecer e reparar o sofrimento dos cidadãos, e o povo era tolerada pelo Estado e, inclusive, reconhecida por ele (ROUDAKOVA, 2009). A autora sugere que esse papel foi confiado aos jornalistas devido à sua posição social e cultural, como parte do partido-estado, reforçando sua ideologia nas páginas dos jornais e, ao mesmo tempo, aspirando o status da *intelligentsia*, com prerrogativa para responsabilizar aqueles que não seguiam os ideais socialistas.

A noção americana de jornalismo como "Quarto Poder" só chegaria à União Soviética nos anos 1980, mas duraria muito pouco devido a uma série de fatores, como a privatização da mídia e sua sobrevivência econômica a partir de doações privadas, associadas aos interesses políticos de seus doadores (ROUDAKOVA, 2009). A partir de então, os jornalistas não gozariam do mesmo prestígio ante o público.

No Brasil, o gênero jornalismo de serviço está associado à noção de responsabilidade social do jornalismo (TEMER, 2001 apud VAZ, 2012, p. 9). Embora seja possível encontrar conteúdos de serviço desde o nascimento da imprensa brasileira, esse gênero tem sido mais recorrente na contemporaneidade (SANTANA; TEMER, 2015).

---

[17] No original: "[…] most 'humane' branch"

[18] No original: "Some of the mechanisms for redress of injustice that didn't involve the publishing of articles included journalists' shaming the guilty official (on the phone or in private conversation) on behalf of the citizen, threatening the guilty official with a publication of the wronged person's letter in the newspaper, threatening to conduct a journalistic investigation into the case of injustice, actually conducting an investigation and never publishing it, and conducting an investigation and making multiple attempts to publish it."

O jornalismo de serviço pode ser classificado em duas espécies abrangentes, comuns a diferentes meios e que podem estar associadas a outros gêneros: as informações práticas, repetitivas, mas ao mesmo tempo ligadas a um gancho temporal, como meteorologia, trânsito, programação televisiva etc.; e informações conselheiras, que orientam e dão dicas ao público, provocando uma ação (VAZ, 2012). Em sua pesquisa sobre a presença desse gênero nos veículos online Terra e Sapo, Vaz (2011) observa a publicação de quatro tipos de informação utilitária nas editorias de saúde, complementando reportagens do gênero informativo: 1- de orientação, com dicas comportamentais visando benefícios ao público; 2- de orientação, com base na experiência de um personagem; 3- útil, com informações sobre um serviço ou produto; 4- de orientação, no formato de perguntas e respostas.

Temas relacionados a saúde fazem parte da cobertura midiática de ciência, tecnologia e inovação, chamada de jornalismo científico e que pode abranger diversos gêneros jornalísticos. O jornalismo científico seria uma forma de divulgação científica, uma vez que se dirige a leigos, circunscrita às características e práticas do jornalismo (BUENO, 1985), assim como à função social identificada com valores democráticos e de promoção de uma cidadania informada (BUENO, 1985; PORTO, 2009).

Bueno (1985) opõe o conceito de jornalismo científico à mera transmissão de informações, devendo-se assumir uma postura crítica à suposta neutralidade da ciência. De acordo com o autor, seriam seis as funções desse tipo de jornalismo: informativa, educativa, social, cultural, econômica e político-ideológica – para onde convergem as funções anteriores e que, segundo Bueno (1985, p. 1426), "[...] tem sido a mais ausente na prática do jornalismo científico nos países subdesenvolvidos e responde certamente pelo seu caráter alienante". Dessa forma, o jornalista científico deveria atender às necessidades e expectativas informacionais da população, promovendo o debate sobre a ciência e tecnologia e atentando-se para seus aspectos políticos e ideológicos (BUENO, 1985).

Como mediador entre o público e a ciência, o jornalismo científico desempenha um papel importante na democratização do conhecimento e exercício da cidadania. Segundo Porto (2009),

> Para que o JC [jornalismo científico] atue como agente político, contribuindo para o exercício da cidadania ele deverá estar comprometido em esclarecer que as atividades de C&T [ciência e tecnologia] são essencialmente humanas. E ainda, que estas atuam diretamente nas atividades sócio-econômicas e políticas de um país. O JC tem a função de divulgar os avanços da ciência e da tecnologia, visando à democratização desse conhecimento e a uma formação cultural que permita às pessoas tomarem melhores decisões em suas vidas cotidianas. (PORTO, 2009, p. 219)

Diferente disso, a cobertura jornalística da ciência e tecnologia tem se mostrado pouco diversa em relação a suas fontes de informações e refém de uma noção de ciência neutra, cujas pesquisas e resultados são consensuais e apontam necessariamente para uma evolução do conhecimento.

Para Bueno (2011, p. 58-59), algumas práticas do jornalismo científico em relação às suas fontes podem comprometer a cobertura de ciência e tecnologia, como a crença na isenção das fontes especializadas, "[...] reflexo também da tese superada de que a ciência e a tecnologia estão a serviço da sociedade"; limitar as fontes de informações a pesquisadores, cientistas e demais profissionais ligados à área, reforçando não só a elitização da ciência mas também a restrição do debate público a determinados grupos; ou ainda a mera reprodução dos discursos das fontes.

O foco em uma natureza evolutiva do conhecimento científico e, mais especificamente no caso da epidemiologia, em uma dimensão individual e comportamental do surgimento e tratamento de doenças é observado por Luiz (2007), em um estudo sobre a cobertura jornalística do risco epidemiológico. A autora nota que, no processo de decodificação do conteúdo científico e adaptação ao jornalístico, a notícia omite as controvérsias em torno dos estudos e "[...] resolve, por sua conta, a polêmica" (LUIZ, 2007, p. 721). Além disso, o caráter individualizante da produção científica epidemiológica é reforçado pelo jornalismo: "Ele reforça a ênfase de fatores isolados, abstraídos das características sistêmicas e estruturais, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade exclusiva pela saúde" (LUIZ, 2007, p. 722).

A responsabilidade pessoal é um conceito que faz parte das discussões sobre saúde pública. Como pontua Wikler (2002) em seu ensaio contra a perspectiva punitivista de responsabilidade do indivíduo, o conceito tem sido utilizado para delimitar a esfera de atuação das políticas de saúde pública, que, nessa visão, deveriam considerar a hipótese de que os fatores de risco das doenças sejam assumidos voluntariamente e, portanto, não deveriam ser endereçados por políticas públicas. O argumento aparece no debate sobre a liberdade individual, que junto a questões econômicas e morais, são problemáticas frequentemente presentes em discussões sobre ações de saúde pública (SCHNEIDER, 2017).

Conforme a definição do comitê *The Future Of Public Health* (1988, apud SCHNEIDER, 2017, p. 5, tradução nossa[19]), a saúde pública tem como missão "o cumprimento do interesse da sociedade em garantir as condições em que as pessoas possam ser saudáveis", assumindo três funções principais: o diagnóstico dos problemas de saúde da população, o

[19] No original: "the fulfillment of society's interest in assuring the conditions in which people can be healthy."

desenvolvimento de políticas públicas e a garantia de que os serviços necessários para a promoção da saúde estejam disponíveis e acessíveis para os cidadãos. Beauchamp (1974, apud SCHNEIDER, 2017, p. 15-16), por sua vez, atribui à saúde pública uma perspectiva ainda mais ampla, vendo-a como uma forma de justiça social. De todo modo, visto que buscam prevenir doenças e deficiências com benefícios para a população em geral, as medidas de saúde pública requerem ações governamentais e são dependentes da esfera política (SCHNEIDER, 2017).

Como veremos na próxima seção a partir de uma pesquisa bibliográfica, na cobertura jornalística, pelo menos sob o ponto de vista epidemiológico, a noção comportamental e individual da saúde permanece.

3.2 Breve revisão bibliográfica sobre a cobertura jornalística de epidemias no Brasil

Levantamos 33 artigos científicos, monografias e dissertações sobre a cobertura de epidemias, publicados entre 2011 e 2020, a partir de um levantamento nos indexadores Google Acadêmico, Portal de Periódicos do Capes e SciELO, utilizando as palavras-chave “mídia”, “jornalismo”, “cobertura”, “epidemia”, “H1N1”, “zika”, “sarampo”, “dengue” e “covid-19”. Deles, cinco estudos foram descartados por se tratar da cobertura de saúde de forma geral ou estratégias de comunicação pública. A maioria das publicações analisadas nesta seção diz respeito à cobertura das epidemias de covid-19 (11), zika (nove) e influenza A (seis).

Os estudos científicos sobre coberturas das epidemias de dengue, H1N1, zika e sarampo no país traçam três cenários em relação à atuação do jornalismo nacional: as coberturas são apegadas a fontes oficiais, alarmistas e responsabilizam o indivíduo pelo contágio.

Entre os resultados mais comuns está a predominância de fontes oficiais e especializadas, recorrente no jornalismo científico (BUENO, 2011). Na análise da cobertura da H1N1 em 2009 nos veículos impressos *O Globo*, *Extra* e *Expresso da Informação* (SILVA, 2012) e nos digitais Folha Online e G1 (STRALIOTTO; MUNEIRO, 2011), fontes oficiais e especialistas foram frequentemente consultados. Além disso, Straliotto e Muneiro (2011) observam que a grande quantidade de conteúdo produzido pelos dois portais leva a um excesso de informação, nem sempre relevante ou nova, e muitas vezes uma mera reprodução de *press releases* e materiais de agências de notícias, reforçando a constatada predileção pelas fontes oficiais nessa cobertura. Também no programa Fantástico, da Rede Globo, representantes do governo foram fontes frequentes na cobertura da influenza A, enquanto cidadãos comuns foram ouvidos principalmente como personagens (MEDEIROS; MASSARANI, 2011).

Na contramão da presença frequente de especialistas e fontes oficiais no noticiário da epidemia de influenza A, Sacramento e Lerner (2015) analisam os relatos pessoais da

experiência com a influenza H1N1, publicados pelo jornal *O Dia* entre maio e agosto de 2009 nas sessões "Viva Voz" e "Carta Aberta". Os espaços publicaram pequenos textos autobiográficos, que os pesquisadores constatam ser uma forma de amplificação do discurso direto. Essa transferência de status de personagem para autor não implicou perda da autoridade jornalística, ao contrário: o apagamento da mediação jornalística aproxima o leitor do jornal, ao tonar a realidade mais imediata (SACRAMENTO; LERNER, 2015).

Na cobertura da zika, pesquisadores observaram também a convergência entre as agendas governamental e a midiática (AGUIAR; ARAÚJO, 2016; BRAGA, 2019). A partir das capas de nove jornais diários de estados do Nordeste, Sudeste e Sul em 2015, Aguiar e Araújo (2016) notaram que muitas vezes o noticiário acompanhou os anúncios do Ministério da Saúde, indicando um forte efeito de agendamento, ainda que tenha sido observada a presença de notícias que indicam abordagens independentes pelos veículos.

Nos jornais *O Estado do Maranhão* e *Folha de S. Paulo*, entre 2015 e 2017, as narrativas da mídia sobre essa epidemia tiveram foco na cobertura de ações governamentais (BRAGA, 2019). Flores e Gomes (2019) observaram o mesmo na cobertura do *Diario de Pernambuco*, de 2015 a 2016: entre os 210 títulos de notícias, constatou-se que a maioria dos enunciados trazem discursos oficiais, institucionais e científicos sobre a pandemia, representando-a, em alguns momentos, como algo extraordinário e, em outros, minimizando os seus efeitos. O foco principal das notícias foi as ações das autoridades e cientistas para conter a epidemia (FLORES; GOMES, 2019).

A predileção por fontes especializadas foi apontada ainda nas discussões sobre o aborto que se sucederam ao crescimento de casos de microcefalia associados à infecção de gestantes pelo zika vírus, embora os especialistas tenham sido diferentes para *O Globo* e *Folha de S. Paulo*: advogados e médicos, respectivamente (CASTILHOS; ALMEIDA, 2020).

Já Andrade e Lima (2019), em sua análise sobre a cobertura de *O Estado de São Paulo*, constatam que em 2016 a questão dos casos de microcefalia, que em um primeiro momento foi o foco da cobertura do jornal, ficou em segundo plano diante de um possível fracasso dos Jogos Olímpicos no Brasil, revelando um agendamento da mídia associado a interesses econômicos e políticos, em detrimento de interesses sociais mais amplos.

As coberturas de epidemias também mobilizam o medo em suas construções de sentido (SILVA, 2012; MARTINS et al, 2020). No caso da epidemia de zika, Brotas e Simões (2017) identificaram incertezas técnicas e riscos como o mais frequente enquadramento na cobertura do *Correio 24 Horas* e *Folha de S. Paulo*.

Gomes e Ferraz (2012), por sua vez, notam duas fases no noticiário sobre a influenza A nas revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*: inicialmente alarmante diante do novo vírus e das mortes anunciadas; e, quando constatado que a doença representava um risco menor do que o imaginado, de controle, destacando o superdimensionamento do risco, formas de combater a doença e críticas ao governo. Segundo Lerner e Gradella (2011), a cobertura da influenza A pelos jornais cariocas *O Globo* e *O Dia* divergiu quanto à atuação das autoridades públicas, que foi transparente e eficaz para *O Dia*, enquanto para *O Globo*, um agravante da situação, apesar de ambos terem mobilizado o sentimento de medo em suas narrativas. Nesse sentido, a narrativa d'*O Globo* serviu mais à desqualificação do poder público que à chamada para ação, em um movimento de autolegitimação do jornalismo como lugar de reinvindicação (LERNER; GRADELLA, 2011).

Para Ferraz e Gomes (2012), que analisaram o noticiário sobre a epidemia de dengue nos anos de 2002, 2004, 2006 e 2008 no *Jornal do Commercio*, a construção de sentidos em torno da noção de epidemia resgata a memória coletiva de doenças do passado, associadas a ideias como medo e risco. Os autores concluem que o noticiário acompanhou o caráter cíclico da epidemia de dengue, seguindo o crescimento do número de casos, o que revelou momentos de superexposição da doença e outros de baixa cobertura.

A terceira conclusão mais comum entre os estudos analisados é a responsabilização do indivíduo ou sociedade. Embora não mencionem a dimensão individual do conteúdo, Medeiros e Massarani (2011) notam frequentes menções a medidas de contenção da doença e sintomas, além de recomendações feitas por médicos na cobertura da H1N1 no Fantástico. Já Mariane Lima (2019) identifica, no caso da epidemia de zika, certa culpabilização da sociedade, além de sua pouca representatividade nas páginas do *Jornal do Tocantins*. Na análise da cobertura da zika no *Correio 24 Horas* e *Folha de S. Paulo*, um terço dos enquadramentos identificados se refere à culpabilização e responsabilização individual, com proporção semelhante nos dois jornais (BROTAS; SIMÕES, 2017). Danfá e Morais (2017) também encontram ênfase da dimensão individual na cobertura da revista *Veja* sobre a mesma epidemia entre 2015 e 2016, notando um posicionamento ideológico neoliberal da revista, em oposição à *Carta Capital*, cujo noticiário abordou questões macrossociais, como políticas públicas e desigualdades sociais, apesar das duas coberturas terem sido convergentes em alguns momentos.

Na recente epidemia de sarampo, em 2019, a análise de notícias das cinco regiões do país apontou para a atribuição da reintrodução da doença no Brasil a uma única causa, o movimento antivacina, com pouca ou nenhuma discussão sobre o sucateamento do Sistema Único de Saúde ou as condições de acesso à saúde pelos brasileiros (MATOS, 2020). A autora

notou também a mobilização do medo, a partir da ênfase na gravidade da doença, foco em medidas e ações para combater a epidemia e a responsabilização individual (MATOS, 2020).

No caso da pandemia de covid-19, foram analisados 11 estudos, inseridos em um contexto de desinformação[20] e crise de credibilidade do jornalismo e das instituições em geral. Trata-se de uma crise epistemológica, analisada frequentemente por meio dos conceitos de "*fake news*" e "pós-verdade", o que atribuiria a crise à influência de agentes externos às instituições tradicionais – seja o próprio contexto tecnológico e midiático ou campanhas deliberadas de desinformação (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019). Contudo, o cenário também aponta para a contestação da autoridade e credibilidade dessas instituições, o que abre espaço para a atuação de outros atores (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019).

Não à toa, os estudos analisados tratam da checagem de informações durante a calamidade em saúde pública no país, seja a análise comparativa de Patatt e Rocha (2020) sobre dois serviços de *fact-checking* no Brasil (Fato ou Fake d'*O Globo*) e em Portugal (Polígrafo do *SAPO*) ou o estudo sobre as publicações do perfil da *Folha de S. Paulo* no Twitter para combater *fake news*, que aponta um papel do jornalismo como curador de informações e verificador de notícias falsas (NERIS JÚNIOR, 2020). Ou ainda o consumo de informações nas redes sociais por meio de memes (SOUZA, 2020) e a análise dos conteúdos informativos com maior engajamento, que demonstram que, por mais que informações falsas respondam por 13,5% do total, seu engajamento é superior ao de informações verificáveis (MASSARANI et al, 2020). Já Javorski e Bargas (2020) tratam das consequências da ausência de acesso à informação nos chamados desertos de notícias durante a pandemia, concluindo que a falta de contato com mídias locais dificulta a diferenciação entre informação jornalística e outras.

A pandemia também alterou as rotinas produtivas dos jornais, com a mudança do regime presencial para *home office* ou sistema de rodízio, com implicações na precarização do trabalho jornalístico, como o desgaste dos profissionais, maior carga de trabalho[21] e sua divisão sexual mais evidente (SOLON et al, 2020), além dos riscos à saúde dos trabalhadores[22]. Outro estudo sob a perspectiva do *newsmaking* defende a necessidade de mudanças nas rotinas produtivas da

[20] Cf. Nota 1.

[21] Estudo realizado pelo Centro de Pesquisa de Comunicação e Trabalho da USP aponta aumento de 430% no número de comunicadores que trabalham 12 horas por dia, 344% entre aqueles que têm jornadas superiores a 14 horas e 238% na faixa de 14 horas diárias, na comparação entre o tempo dedicado ao trabalho antes e durante a pandemia. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Covid-19-segunda-fase-relat%C3%B3rio-2021-1.pdf. Acesso em: 26 de novembro de 2021.

[22] Segundo dados da *Press Emblem Campaign*, o Brasil é o país com mais mortes de jornalistas por covid-19. São 289 vítimas. Disponível em: https://pressemblem.ch/-1.shtml. Acesso em: 26 de novembro de 2021.

profissão, destacando suas implicações, como falhas dos jornalistas, precarização do trabalho e postura acrítica em relação a instituições oficiais (SOUSA et al, 2020).

Lopes e Ventura (2020), por sua vez, analisaram a publicação de matérias de dados, suas estratégias de personalização de visualizações, como simulações de contágio e pesquisa de informações epidemiológicas por localização geográfica, enquanto Gehrke (2020) estudou as fontes utilizadas na seção Igualdades da *Revista Piauí*, com maior utilização de fontes documentais estatísticas e oficiais.

Pesquisadores também buscaram entender como as notícias tratam o conflito entre ciência e governo, por meio do destaque dado às falas do presidente Jair Bolsonaro em defesa da utilização de hidroxicloroquina para tratamento da covid-19 nas matérias do dia 8 de abril de 2020, concluindo que a grande maioria não problematizou a ausência de comprovação científica para eficácia do medicamento nesse caso, revelando certa aceitação da mídia ante o discurso do presidente (FETTER, 2020).

Já Ferraz (2020) fez uma análise quantitativa da cobertura da pandemia pela *Folha de S. Paulo* entre janeiro e maio de 2020, percebendo a publicação de um grande volume de textos jornalísticos entre a 11ª e a 14ª semana epidemiológica, acompanhando a confirmação da transmissão local do vírus em São Paulo e registro de casos no Nordeste. No entanto, o autor constata que a partir da 15ª semana a quantidade de textos publicados esteve em declínio, na contramão do aumento no número acumulado de casos no Brasil. Dois motivos são apontados para a queda: o espaço dedicado no jornal à crise política no país a partir da segunda quinzena de abril; e a saturação informativa, devido à superexposição da pandemia no jornal (FERRAZ, 2020). As conclusões de Ferraz (2020) nos remetem à racionalização das informações paradoxais pela narrativa jornalística e o seu retorno aos sentidos compartilhados da doxa (SILVA, 2019).

Até aqui, nesta monografia, vimos que a narrativa jornalística serve à organização da realidade conforme concepções de mundo compartilhadas e discutimos o trabalho retórico para definir o que é ser jornalista, as práticas e os atores compreendidos nessa categoria, cujo *ethos* profissional está associado a uma responsabilidade social. Essa noção de papel social está presente nos debates sobre jornalismo científico, embora a produção jornalística sobre o assunto seja considerada aquém de seu potencial pelos autores aqui referenciados. Diferenciamos também o gênero jornalismo de serviço, que ganhou espaço na chamada sociedade de consumo, do jornalismo como um serviço de utilidade pública. Além disso, com base em uma pesquisa bibliográfica, observamos três características gerais sobre a cobertura brasileira de epidemias:

o apego às fontes oficiais, a mobilização do sentimento medo e a responsabilização do indivíduo pela doença.

Na próxima seção, analisaremos a cobertura da pandemia realizada pelos principais jornais diários do país, visando contextualizar o momento de abertura do *paywall* pela *Folha de S. Paulo*, além dos acontecimentos e do posicionamento da imprensa no período posterior ao recorte temporal desta monografia.

3.3 A cobertura da pandemia de covid-19 pelo *Estado de São Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*

Relatos de infecções por um novo coronavírus na Ásia chegaram primeiro ao portal digital d'*O Globo*, em 10 de janeiro de 2020[23], depois ao *Estadão*[24] e *Folha de S. Paulo*[25], em 15 e 17 daquele mês, respectivamente. Nos três casos, os jornais reproduziram matérias de agências de notícias, principalmente da AFP, publicadas nas editorias de saúde, no *Estadão* e n'*O Globo*, enquanto a *Folha* publicou na editoria de mundo, onde o assunto ficaria até se espalhar para saúde e mercado nos dias seguintes. Naquele momento, as matérias qualificavam o coronavírus como "misterioso" ou "desconhecido", referindo-se a ele frequentemente como "vírus chinês". É o caso da matéria publicada originalmente pela agência Reuters e replicada pela *Folha* "Coronavírus chinês já desperta medo de contágio na Olimpíada de Tóquio"[26] e "Tailândia registra segundo caso de infecção por novo vírus chinês"[27], esta no *Estadão*. A associação do vírus à China não passou despercebida pelos leitores da *Folha*. Em artigo publicado em 1º de março, a ombudsman do jornal relata crítica a uma matéria que, embora tratasse do primeiro caso de covid-19 no Brasil, importado da Itália, era ilustrada por uma imagem de um casal asiático, reforçando o preconceito a esse grupo (LIMA, 2020a).

---

[23] Cf. "Pneumonia misteriosa na China pode ter sido causada por nova cepa de vírus". Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/pneumonia-misteriosa-na-china-pode-ter-sido-causada-por-nova-cepa-de-virus-24181102. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[24] Cf. "Nova cepa de vírus provoca surto de pneumonia na China". Disponível em: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,nova-cepa-de-virus-provoca-surto-de-pneumonia-na-china,70003160004. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[25] Cf. "Doença respiratória misteriosa mata dois na China e gera alerta nos EUA". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/doenca-respiratoria-misteriosa-mata-dois-na-china-e-gera-alerta-nos-eua.shtml. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[26] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/01/coronavirus-chines-ja-desperta-medo-de-contagio-na-olimpiada-de-toquio.shtml. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

[27] Disponível em: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,tailandia-registra-segundo-caso-de-infeccao-por-novo-virus-chines,70003162695. Acesso em: 16 de junho de 2021.

Quando esse primeiro caso foi confirmado pelo Ministério da Saúde, em 26 de fevereiro, *O Globo* publicava matéria na editoria de turismo sobre o Carnaval no mundo e roteiros de viagens, apenas mencionando o coronavírus devido à suspensão da festa em Veneza[28], o *Estadão* reproduzia vídeos da AFP sobre turistas e foliões despreocupados[29] e a *Folha* publicava editorial clamando por "sobriedade e eficiência" para enfrentar a pandemia (PANDEMIA..., 2020, n.p.).

O cenário mudaria a partir de março, quando a OMS declarou oficialmente que se tratava de uma pandemia, as primeiras mortes no Brasil foram anunciadas e o Ministério da Saúde declarou transmissão comunitária no país. Nesse período, os jornais intensificaram sua cobertura. Em 20 de março, por exemplo, no dia em que a transmissão comunitária foi confirmada e após serem tomadas as primeiras medidas para isolamento social nos estados, uma breve pesquisa na *Folha de S. Paulo* encontra 312 publicações sobre o coronavírus no dia e no *Estadão*, 371, refletindo a presença do assunto em diversas editorias. Além disso, as sucessivas crises políticas e a relação entre o quadro pandêmico no país e a inação governamental levaram a cobertura da pandemia a se tornar por vezes indissociável da política.

Em 8 de junho, após o governo alterar o horário de divulgação de dados epidemiológicos e o tipo de informação disponibilizada – omitindo o número acumulado de mortes, por exemplo –, o *Estadão*, G1, *O Globo*, *Extra*, *Folha* e Uol anunciaram, em texto replicado em seus respectivos sites, a criação de um consórcio de veículos de imprensa, que tem feito o levantamento do número de casos confirmados de covid-19 e mortes junto às secretarias estaduais de saúde[30].

A essa altura, dois ministros da Saúde já haviam sido demitidos. No governo desde seu início, Luiz Henrique Mandetta saiu em 16 de abril de 2020, após um processo de desgaste com o presidente reportado pelos jornais que, ao opor os dois, elevou o primeiro a um "herói pelas circunstâncias", título da coluna da ombudsman da *Folha* publicada em 19 de abril. No artigo, Flávia Lima (2020c) defende que a imprensa estava ocupada com o comportamento do

---

[28] Cf. "Carnaval pelo mundo: veja os países que merecem ser visitados durante a folia". Disponível em: https://oglobo.globo.com/boa-viagem/carnaval-pelo-mundo-veja-os-paises-que-merecem-ser-visitados-durante-folia-1-24271854. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[29] Cf. "Turistas no Brasil ainda não estão preocupados" e "Medo de COVID-19 não impede foliões". Disponível em: https://tv.estadao.com.br/cidades,turistas-no-brasil-ainda-nao-estao-preocupados,1079359 e https://tv.estadao.com.br/cidades,medo-de-covid-19-nao-impede-folioes,1079361. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[30] Cf. "Veículos de imprensa fazem parceria para dar transparência a dados de Covid-19". Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/veiculos-de-imprensa-fazem-parceria-para-dar-transparencia-dados-de-covid-19-24468150. Acesso em: 16 de junho de 2021.

presidente para buscar esclarecimentos sobre a atuação do ministro. Contudo, após sua saída do ministério, Mandetta continuou presente nas páginas dos jornais, desta vez como comentarista. Em agosto, quando o Brasil alcançou a marca de 100 mil mortos por covid-19, *Folha*[31], *O Globo*[32] e *Estadão*[33] publicaram entrevista com o ex-ministro e presidenciável. As matérias não questionam suas ações enquanto esteve na pasta, colocando-o na posição de analista da situação.

O segundo demitido, Nelson Teich, permaneceu na pasta por quase um mês, até 15 de maio do mesmo ano. Ele, que entrou como um aliado do bolsonarismo, saiu impotente. As matérias que anunciaram[34] a exoneração atribuíram o pedido de demissão do ministro à divergência sobre a cloroquina e às medidas adotadas pelo presidente sem consultá-lo, como a ampliação da lista de atividades consideradas essenciais e a declaração de Jair Bolsonaro de que incluiria a cloroquina no protocolo de tratamento da covid-19.

Foi sob a gestão do interino Eduardo Pazuello que o Brasil atingiria a marca de 100 mil mortos por covid-19, chegando aos patamares de 200 mil, 300 mil e 400 mil óbitos em intervalos cada vez menores. Nessas ocasiões, a cobertura dos jornais destacou as declarações do presidente, como em 8 de agosto, quando repercutiu no *Estadão*[35] e *Folha*[36] postagem da equipe de comunicação de Bolsonaro em que pede a publicação de dados positivos sobre a doença e não menciona os 100 mil mortos.

---

[31] Cf. “Bolsonaro foi preponderante para termos 100 mil mortes por Covid, diz Mandetta”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/bolsonaro-foi-preponderante-para-termos-100-mil-mortes-por-covid-diz-mandetta.shtml. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[32] Cf. “Mandetta: ‘Bolsonaro jogou a toalha do combate à pandemia logo no começo’”. Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/mandetta-bolsonaro-jogou-toalha-do-combate-pandemia-logo-no-comeco-1-24567878. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[33] Cf. “Número de mortos seria 'infinitamente maior' se seguíssemos Bolsonaro, diz Mandetta”. Disponível em: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-mortos-seria-infinitamente-maior-se-seguissemos-bolsonaro-diz-mandetta,70003392782. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[34] Cf. “Exoneração de Nelson Teich do Ministério da Saúde é publicada” e “Após ultimato sobre cloroquina, Teich pede demissão do Ministério da Saúde”. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,exoneracao-de-nelson-teich-do-ministerio-da-saude-e-publicada,70003305006 e https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/apos-ultimato-sobre-cloroquina-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude.shtml. Acesso em: 24 de novembro de 2021.

[35] Cf. “Na data em que Brasil ultrapassa 100 mil mortos, Bolsonaro destaca pacientes recuperados”. Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,na-data-em-que-brasil-ultrapassa-100-mil-mortos-bolsonaro-destaca-pacientes-recuperados,70003392712. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[36] Cf. “Sem citar 100 mil mortos, Bolsonaro compartilha nota sobre dados positivos de Covid”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/sem-citar-100-mil-mortos-bolsonaro-compartilha-nota-sobre-dados-positivos-de-covid.shtml. Acesso em: 16 de junho de 2021.

Em 29 de abril de 2021, quando o Brasil chegou a 400 mil mortes, *Estadão*[37], *Folha*[38] e *O Globo*[39] publicaram matérias sobre a *live* semanal do presidente, na qual ele alegou não estar preocupado com a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a atuação do governo durante a pandemia[40]. No entanto, apesar do agravamento da crise, as menções ao coronavírus e à covid-19 diminuíram em relação à 20 de março de 2020, sendo encontrados na *Folha* 76 resultados para covid-19 e 42 para coronavírus, enquanto no Estadão, 141 e 77 respectivamente, sendo que esses números podem se sobrepor uma vez que os dois termos são usados como sinônimos.

Isso pode ser explicado pela superexposição da pandemia nos jornais e sua consequente assimilação à ordem da doxa, tal como definida por Silva (2019). Afinal, após mais de um ano de pandemia, a situação epidemiológica vira o "novo normal" e sua noticiabilidade não é mais determinada pelo valor-notícia "novidade". Talvez por isso os jornais não empreguem mais os mesmos esforços para explicar a covid-19 e suas consequências que no início da crise, como veremos adiante no caso da *Folha de S. Paulo*.

---

[37] Cf. "'Não estamos preocupados com essa CPI', diz Bolsonaro". Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-estamos-preocupados-com-essa-cpi-diz-bolsonaro,70003698941. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[38] Cf. "Não estamos preocupados com CPI e trabalhamos a todo vapor, diz Bolsonaro no dia em que país atinge 400 mil mortes". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/nao-estamos-preocupados-com-cpi-e-trabalhamos-a-todo-vapor-diz-bolsonaro-no-dia-em-que-pais-atinge-400-mil-mortes.shtml. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[39] Cf. "Após CPI mirar governo, Bolsonaro diz que não está preocupado com a investigação". Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/apos-cpi-mirar-governo-bolsonaro-diz-que-nao-esta-preocupado-com-investigacao-1-24995395. Acesso em: 16 de junho de 2021.

[40] A CPI da Pandemia ou CPI da Covid foi instaurada em 13 de abril de 2021 pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, após medida cautelar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luíz Roberto Barroso, determinar sua criação. Os trabalhos da comissão foram encerrados em 26 de outubro do mesmo ano, com a aprovação do relatório final, que recomendou o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro por nove crimes, além de identificar infrações cometidas por três filhos do presidente, outras 74 pessoas e duas empresas. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid e https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/26/apos-seis-meses-cpi-da-pandemia-e-encerrada-com-80-pedidos-de-indiciamento. Acesso em: 13 de dezembro de 2021.

4 A APLICAÇÃO DE *PAYWALL* POROSO PELA *FOLHA DE S. PAULO* DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

4.1 Análise do discurso metajornalístico da *Folha de S. Paulo* sobre a suspensão do *paywall*

Com base na teoria do discurso metajornalístico (CARLSON, 2016), buscamos analisar o conteúdo da nota publicada pela *Folha de S. Paulo* para anunciar a suspensão do *paywall* em matérias sobre o novo coronavírus. Interessa-nos saber que noção de jornalismo foi mobilizada pela *Folha de S. Paulo*, que valores afirmados e a que se opõem, a partir da identificação dos três processos associados aos discursos metajornalísticos: definição de práticas, delimitação de fronteiras e legitimação (CARLSON, 2016).

Na nota, veiculada também nas redes sociais do jornal, a *Folha de S. Paulo* fala aos seus leitores, assinantes ou não, e àqueles que acompanham seus perfis. O jornal qualifica a medida como um serviço de utilidade pública, expressão utilizada em sua publicação no Twitter (Figura 1), e esclarece que seriam liberados "textos com serviços relevantes" (FOLHA..., 2020, n.p.). Segundo o jornal, perderiam a barreira de assinatura reportagens com informações relevantes, que esclarecessem dúvidas frequentes ou contivessem "informações essenciais para o brasileiro lidar com a doença, como saber quais são seus sintomas" (FOLHA..., 2020, n.p.).

Analisaremos a seguir o que a *Folha de S. Paulo* publicou no primeiro mês de suspensão do *paywall* e, portanto, o que foi considerado "relevante" pelo jornal. No entanto, cabe ressaltar aqui três aspectos da nota: a *Folha* atribui a estratégia de liberar o acesso ao conteúdo sobre o novo coronavírus ao crescente interesse pelo tema nas redes sociais; posiciona o "jornalismo profissional" como o "antídoto" contra as *fake news*; e, ao mencionar jornais internacionais que também suspenderam a barreira – o *The New York Times*, *Público* e *Clarín* –, coloca o jornalismo tradicional como fonte de informações confiáveis.

O posicionamento do jornal é resumido no parágrafo:

> As redes sociais estão desde o início da crise do coronavírus repletas de informações falsas. O jornalismo profissional é antídoto em tempos de fake news e a Folha busca contribuir para que mais brasileiros tenham acesso a notícias confiáveis. (FOLHA..., 2020, n.p.)

Dessa forma, como veículo tradicional, a *Folha de S. Paulo* busca se autolegitimar como reduto da verdade em tempos de desinformação, lugar ao qual os leitores podem recorrer para se guiar durante a pandemia. O jornal também mobiliza sua noção de "jornalismo profissional", definido no projeto editorial de 2019 como: "[...] aquele que segue regras técnicas e padrões de

conduta que garantem relatos fidedignos de fatos relevantes" (SUA EXCELÊNCIA..., 2019, n.p.).

Figura 1 – *Folha de S. Paulo* anuncia suspensão do *paywall* no Twitter

Fonte: Twitter. Disponível em: https://bityli.com/O2iys. Acesso em: 21 ago. 2021.

Na nota sobre a abertura do *paywall*, a frase "O jornalismo profissional é antídoto em tempos de fake news" contém *hiperlink* para o projeto editorial, cujo esforço para definir práticas e delimitar fronteiras se tornou também objeto de nossa análise, uma vez que, no jornalismo digital, o recurso é por vezes utilizado para dar visibilidade aos discursos produzidos pelo próprio veículo sobre determinado assunto (FERREIRA, 2016) e, do ponto de vista cognitivo, atua como "encapsulador de cargas de sentido" (INGEDORE, 2015 apud FERREIRA, 2016, p. 4).

É importante notar que ao definir o "jornalismo profissional", a *Folha de S. Paulo* distingue da categoria o que chama de "jornalismo artesanal", que seriam veículos voltados a comunidades, causas ou temas específicos, cujas formas de financiamento não incluem a publicidade ou o *paywall*, mas sim "distintas modalidades de mecenato" (SUA EXCELÊNCIA..., 2019, n.p.). Assim, podemos afirmar que esse grupo é diferente daquele que se constitui como o "antídoto" contra a desinformação, cujas notícias confiáveis devem orientar os leitores durante a pandemia.

Portanto, ao definir "jornalismo profissional", a *Folha de S. Paulo* reclama sua autoridade sobre esse campo do saber, afastando-se de seus rivais, que são desqualificados pelo adjetivo "artesanal", em um claro movimento de *boundary work* (GIERYN, 1983). É também por meio do *ethos* profissional identificado com a prestação de um serviço público – nesse caso, o fornecimento de notícias sobre uma grave crise sanitária – que o jornal reivindica sua autoridade interpretativa sobre a pandemia.

4.2 Enquadramentos na cobertura da pandemia

Tendo em vista que a narrativa jornalística serve à organização e interpretação de fatos cotidianos segundo concepções de mundo preexistentes, muitas vezes reforçando visões hegemônicas, o conceito de enquadramento se mostra bastante útil à nossa análise. Ele diz respeito à forma como os acontecimentos são tratados e interpretados pela mídia, ao destacar certos aspectos da realidade e ocultar outros, sugerindo à audiência definições de um problema, suas causas, tratamentos e/ou avaliações morais (ENTMAN, 1993). Segundo a definição de Entman (1993), o processo de enquadramento envolve seleção e saliência de tópicos, tornando-os mais memoráveis às audiências.

Para os estudiosos da teoria da agenda, parte do paradigma dos efeitos cognitivos da mídia e anterior ao conceito de enquadramento, este seria um desdobramento da noção de agendamento, que elabora a influência do noticiário naquilo que o público considera importante. A saliência – definida pela repetição de tópicos, o tempo e o espaço dedicados a eles – é fundamental no agendamento, uma vez que os assuntos enfatizados pela mídia organizam a agenda pública, sendo "[...] o estágio inicial na formação da opinião pública" (MCCOMBS, 2009, p. 18). Contudo, a saliência a que se refere Entman (1993) diz respeito ao conteúdo do que é tratado na mídia e, além da repetição ou localização dos tópicos, pode ser determinada por mais um componente: sua associação a símbolos familiares ao público, ou seja, a concepções já consagradas nos sistemas de crenças das audiências.

É nesse ponto que os dois conceitos divergem. Para a teoria da agenda, a mídia tem o poder de influenciar a agenda pública, direcionando sua atenção a determinados temas – cuja seleção faz parte das rotinas produtivas dos jornais –, mas dificilmente diz ao público o que pensar (MCCOMBS, 2009). Ao descrever a frequência de tópicos no noticiário e sua correlação com o que é considerado importante por determinados grupos, os teóricos da agenda deixam de analisar a forma como esses conteúdos são apresentados pela mídia e sua influência na opinião pública (WILLIAMS et al, 1991 apud PORTO, 2004, p. 76; KOSICKI, 1993). Crítico da teoria

da agenda, Kosicki (1993, p. 112, grifos do autor, tradução nossa[41]) afirma que "[...] o atual modelo dominante da agenda-setting remove quase tudo que vale a pena saber sobre como a mídia cobre uma questão e deixa apenas a casca do *tópico*".

O conceito de enquadramento preenche essa lacuna, tendo sido incorporado por teóricos da agenda como um "segundo nível" de análise, não se tratando apenas de compreender sobre o que, mas também em que termos a agenda pública é definida (WILLIAMS et al, 1991 apud PORTO, 2004, p. 77). No entanto, argumenta Kosicki (1993), embora os dois conceitos tenham surgido do paradigma dos efeitos cognitivos da mídia, o enquadramento elabora questões diferentes do modelo original da teoria da agenda.

Conforme inicialmente definidos por Goffman (1986 apud PORTO, 2004, p. 78), os "[...] enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais". Aplicado à mídia, o conceito traz duas dimensões: os enquadramentos fazem parte do processo de construção da notícia, mas também da apreensão do noticiário pelo público (GITLIN, 1980 apud PORTO, 2004, p. 80).

Para Gamson, o enquadramento está no centro do que chamou "pacotes interpretativos", um conjunto de posições sobre temas políticos, sugerindo uma ideia central que organize os acontecimentos relacionados ao tópico para sua compreensão (GAMSON; LASCH, 1983). Os pacotes interpretativos seriam produtos da interação entre jornalistas e suas fontes de informação – que atuam como fiadores de determinadas interpretações –, sendo identificados por meio de "matrizes de assinatura", um conjunto de dispositivos que sugerem *frames*, como metáforas, *slogans* e imagens (GAMSON; LASCH, 1983). O método utilizado por Gamson e seus estudantes consiste na descrição parafraseada dos pacotes interpretativos identificados por meio das "matrizes de assinatura". No entanto, cabe questionar se a definição do pacote interpretativo não seria um enquadramento, produzido não pela mídia, mas pelo próprio pesquisador.

Segundo Tankard (2001), cujo método "lista de enquadramentos" foi utilizado nesta pesquisa, o conceito de enquadramento vai de encontro ao paradigma da manipulação da mídia:

> O enquadramento difere do viés de várias maneiras importantes. Primeiro, é um conceito mais sofisticado. Vai além das noções de *pró* ou *contra*, *favorável* ou *desfavorável*, *negativo* ou *positivo*. O enquadramento adiciona as possibilidades de respostas emocionais adicionais e mais complexas e também adiciona uma dimensão cognitiva (crenças sobre objetos, bem como atitudes). Em segundo lugar, o enquadramento reconhece a capacidade de um texto - ou apresentação na mídia - de

[41] No original: "[..] the current dominant agenda-setting framework strips away almost everything worth knowing about how the media cover an issue and leaves only the shell of the *topic*".

> definir uma situação, definir as questões e definir os termos de um debate. Por exemplo, definir o aborto como uma questão primariamente relacionada à vida do feto traz à tona todo um conjunto de valores fortemente arraigados e emoções poderosas. Defini-la como uma questão preocupada principalmente com a liberdade de escolha da mãe levanta um conjunto drasticamente diferente de valores e emoções. Convencer os outros a aceitar o seu enquadramento significa, em grande medida, vencer o debate. (TANKARD, 2001, p. 96, grifos do autor, tradução nossa[42])

Com base em Hackett (1984 apud TANKARD, 2001, p. 96), para quem os enquadramentos seriam úteis à abordagem de ideologias em pesquisas quantitativas, Tankard (2001) defende que o conceito serve à análise da hegemonia na mídia, hipótese que considera difícil de validar empiricamente. Em nossa análise, consideramos que a reprodução de estruturas ideológicas mais profundas pelos meios de comunicação pode refletir não apenas sua predileção por certas interpretações de mundo, mas também sua inserção em uma determinada racionalidade compartilhada.

Devido a suas diferentes definições e aplicações, não há consenso acerca de um marco teórico em torno do conceito de enquadramento. Pan e Kosick (1993), por exemplo, classificam a aplicação do conceito segundo duas concepções: sociológica, à exemplo dos trabalhos de Goffman, Gitlin e Gamson, citados anteriormente; e psicológica, que analisa os processos cognitivos individuais. Em sua dissertação de mestrado, Sallorenzo (2018) faz uma distinção similar entre a abordagem dos estudos da mídia e da linguística, estes presentes na produção de autores como Lakoff, Fillmore, van Dijk e Duque e Costa (apud SALLORENZO, 2018, p. 43), embora defenda que as duas áreas convergem para um mesmo entendimento.

> [...] os primeiros tratam do processo pelo qual as empresas de mídia, institucionalmente, trabalham o enfoque das notícias e as emitem publicamente; já a Linguística trata do processo pelo qual os indivíduos, membros de uma comunidade, recebem esse enquadramento institucional/social e o processam, individual e mentalmente. (SALLORENZO, 2018, p. 43)

Em meio a essa polissemia, seguimos neste trabalho a tipologia de Entman (1993) a partir da proposta de Porto (2004), que faz uma análise empírica de enquadramentos interpretativos. Em oposição aos enquadramentos noticiosos, caberia ao *frame* interpretativo as controvérsias, que definem problemas, atribuem responsabilidades, avaliam consequências e

[42] No original: "Framing differs from bias in several important ways. First, it is a more sophisticated concept. It goes beyond notions of *pro* or *con*, *favorable* or *unfavorable*, *negative* or *positive*. Framing adds the possibilities of additional, more complex emotional responses and also adds a cognitive dimension (beliefs about objects as well as attitudes). Second, framing recognizes the ability of a text—or a media presentation—to define a situation, to define the issues, and to set the terms of a debate. For example, defining abortion as an issue primarily concerning the life of the unborn child brings to the forefront a whole set of strongly held values and powerful emotions. Defining it as an issue primarily concerned with the freedom of choice of the mother raises a drastically different set of values and emotions. Convincing others to accept one's framing means to a large extent winning the debate."

significados e recomendam soluções. Assim se articula o modelo das "controvérsias interpretativas", definidas como "[...] disputas políticas efetivamente imunes à resolução por meio de fatos acessíveis e, em vez disso, são conduzidas principalmente por meio de enquadramentos interpretativos" (PORTO, 2007b, p. 21, tradução nossa[43]).

Porto (2004) argumenta que a distinção entre enquadramentos noticiosos e interpretativos é uma forma de superar a indefinição teórica que cerca o conceito. Os primeiros estariam relacionados às escolhas do jornalista, enquanto os outros teriam fontes de informações como fiadores:

> Embora os jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística. Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia. (PORTO, 2004, p. 92)

Apesar de utilizarmos a proposta de Porto (2004) nesta monografia, identificando enquadramentos interpretativos, cabe nos perguntarmos até que ponto as escolhas dos repórteres, como a oposição entre dois pontos de vista para sugerir conflito ou foco em personagens que ilustrem determinadas experiências, não sugerem interpretações acerca de causas, consequências e soluções tal como definidas por Entman (1993). Além disso, entre os enquadramentos noticiosos estaria também o *frame* "episódico", definido por Porto (2007a) como um enquadramento centrado em eventos e declarações, que não apresenta interpretações, adotando-se um modelo descritivo de cobertura. Em nossa pesquisa, atribuímos os enquadramentos episódicos a matérias que não contêm avaliações sobre a pandemia, isso não significa dizer, no entanto, que sejam "neutras", mas apenas que o referencial teórico utilizado limita a sua análise.

Para a identificação dos enquadramentos em nosso *corpus* de 643 textos, publicados na editoria de saúde da *Folha de S. Paulo*, utilizamos o método "lista de enquadramentos", que propõe 11 mecanismos de *framing* (TANKARD, 2001), listados no Quadro 1. Para maior clareza, organizamos os enquadramentos de acordo com áreas de controvérsias (PORTO, 2007a), uma vez que sua redução a uma dimensão – ou, nesse caso, sua classificação em quatro dimensões diferentes (definição do problema, responsabilidades, consequências e soluções) – pode reduzir a variabilidade dos resultados entre diferentes pesquisadores (TANKARD, 2001).

[43] No original: "[…] political disputes that are effectively immune to resolution through accessible facts and are carried out instead primarily through interpretive frames."

Quadro 1 – Lista de Enquadramentos

Nº	Mecanismos de Enquadramento
1	Títulos
2	Subtítulos
3	Fotografias
4	Legendas
5	Lide
6	Fontes selecionadas
7	Citações no texto
8	Olho (citações em destaque)
9	Logotipos
10	Estatísticas, tabelas e gráficos
11	Declarações ou parágrafos finais

Fonte: Adaptado de Tankard (2001, p. 99)

Encontramos em nosso *corpus* um total de 1.116 ocorrências de enquadramentos interpretativos, classificados em quatro dimensões: como definem o problema, a quem atribuem a responsabilidade e quais são suas consequências e soluções, conforme o Quadro 2. A quantidade de enquadramentos supera o número de textos jornalísticos analisados porque entendemos que uma matéria pode comportar mais de um enquadramento, inclusive *frames* que se opõem, o que pode ser explicado pelo espaço ao contraditório nas notícias.

Quadro 2 – Dimensões de Análise e Enquadramentos

Dimensão	Enquadramento
Problemas	Risco individual
	Risco exponencial
	Risco superdimensionado
	Incertezas técnicas
	Condições de vida/trabalho
Responsabilidades	Responsabilização individual
	Responsabilização governamental/regulatória/políticas públicas
	Fatores externos
Consequências	Impactos econômicos
	Impactos sociais
	Impactos no modo de vida
	Impactos na saúde da população
Soluções	Progresso científico

Fonte: Elaboração do autor, 2021

Na primeira dimensão, encontramos cinco enquadramentos: risco individual, risco exponencial, risco superdimensionado, incertezas técnicas e condições de vida/trabalho. Como o *corpus* da pesquisa envolve todos os textos publicados na editoria de saúde no período de um mês, e considerando que a pandemia de covid-19 afetou diversos aspectos da vida social, esses enquadramentos foram mobilizados em diferentes objetos de controvérsia: da utilização de cloroquina, hidroxicloroquina, antibióticos e antiparasitários para tratamento da covid-19 ao risco real de infecção pelo vírus ou ainda a eficácia do distanciamento e isolamento sociais, e sua implementação em situações de desigualdade social.

No *frame* risco individual, o risco oferecido pelo vírus está centrado no indivíduo, as matérias relatam os sintomas, como o vírus age em um organismo, rotinas e comportamentos que se tornaram perigosos durante a pandemia. Esse enquadramento é mobilizado por profissionais de saúde, Ministério da Saúde, acadêmicos e por cidadãos comuns, cujas experiências com o novo coronavírus ilustram matérias ou são publicadas na forma de relatos. É o caso do texto do jornalista Diego Garcia (2020), no qual descreve os dias em que foi contaminado pela H1N1, em 2009, o temor, a quarentena em Londres e os sintomas da doença. Ao relembrar uma epidemia do passado, o relato é um esforço para explicar o que está por vir e, ao mesmo tempo, serve de alerta ao leitor: “A verdade é que somos céticos por natureza e nunca achamos que algo de ruim vai acontecer com a gente. No meu caso, só quero acabar esse texto para lavar as mãos mais uma vez” (GARCIA, 2020, n.p.).

Quadro 3 – Exemplos de títulos com enquadramento de definição de problemas

Enquadramento	Título
Risco individual	a. 'Não foram dias fáceis', diz médico com a Covid-19 e histórico de atleta b. Diferente da comum, pneumonia por coronavírus tem alto grau de inflamação e piora rápida; entenda c. É muito angustiante você dormir sem saber como vai acordar, diz Uip sobre coronavírus
Risco exponencial	d. Brasil terá falta de leitos mesmo em cenário mais otimista e. Mortes disparam na Itália, e Alemanha fecha fronteiras f. Operação de guerra contra coronavírus cancela cirurgias e foca casos graves
Risco superdimensionado	g. Coronavírus é desafio para saúde pública, mas pouco preocupante em nível individual

	h. EUA têm salas vazias e falta de álcool em cidades em que vírus não chegou
Incertezas técnicas	i. Pacientes com coronavírus podem ter problemas neurológicos, diz estudo j. Cientistas acendem alerta para falta de credibilidade de previsões sobre coronavírus k. Se tem sintomas do coronavírus, presuma estar doente, mesmo que teste dê negativo (The New York Times)[44]
Condições de vida/trabalho	l. No Rio, favelas esperam a chegada do vírus sem água e com aglomerações m. Afastamentos por suspeitas de coronavírus explodem entre profissionais da saúde n. Servidores de SP relatam falta de material de proteção até em alas de infectados

Fonte: Elaboração do autor, 2021

Ao mobilizar o enquadramento de risco exponencial, o jornal relata o número de casos e mortes e o risco do seu crescimento exponencial para o sistema de saúde, que não tem condições de suportar tantos pacientes. Esse enquadramento aparece em fontes documentais, como a publicação de dados epidemiológicos pelo Ministério da Saúde, e nas falas de representantes da pasta, de governos estaduais, médicos e pesquisadores. Em entrevista à *Folha*, por exemplo, o professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Roberto Kraenkel, chegou a se referir ao sistema de saúde, no momento mais crítico da epidemia (que ainda estava por vir), como "usar o metrô na hora do rush –não tem como entrar no vagão" (FREIRE et al, 2020, n.p.).

Neste enquadramento, são frequentemente utilizadas metáforas de guerra, os profissionais de saúde vivem "nas trincheiras" e em "combate". É o caso da matéria "Operação de guerra contra coronavírus cancela cirurgias e foca casos graves"[45] (Quadro 3, título f). Além do título, a matéria destrincha as estratégias dos "comandos" das Unidades de Terapia Intensiva

[44] Apesar de ter sido originalmente publicada pelo *The New York Times*, a matéria foi traduzida e veiculada pela *Folha de S. Paulo*, sendo, portanto, considerada em nossa análise. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/se-tem-sintomas-do-coronavirus-presuma-estar-doente-mesmo-que-teste-de-negativo.shtml Acesso em: 12 de outubro de 2021.

[45] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/operacao-de-guerra-contra-coronavirus-cancela-cirurgias-e-foca-casos-graves.shtml. Acesso em: 12 de outubro de 2021.

(UTIs) e redes de saúde país afora, utilizando termos do vocabulário militar como “linha de frente” e “retaguarda” para se referir à atenção básica de saúde e às UTIs, nessa ordem.

Quando o principal problema associado à covid-19 é enquadrado como o risco de crescimento exponencial de casos, a cobertura da pandemia em outros países serve de exemplo e alerta ao Brasil (como referenciado no Quadro 3, título e). Assim, os países podem caminhar na direção trilhada pela Itália, tornando-se palco de um desastre, ou pela Coréia do Sul, utilizada como exemplo positivo de como se deve lidar com a crise.

O risco superdimensionado foi menos frequente no período analisado, sendo mobilizado para questionar a ameaça imposta pelo coronavírus. Está presente nas falas de autoridades, principalmente do presidente Jair Bolsonaro, de cidadãos e, em menor número, de cientistas e profissionais de saúde, em matérias sobre o comportamento das pessoas diante dos riscos da pandemia e em artigos do gênero opinativo. É comum nesse enquadramento expressões como “histeria coletiva” e “paranoia” para qualificar a maneira como se lidou com a pandemia. Ou ainda “coisa de ficção científica”, como se referiu a brasileira Tamar Roemer, que contraiu covid-19 em Israel no início de março de 2020 (KRESCH, 2020, n.p.). Nessa entrevista, publicada na forma de perguntas e respostas, a brasileira define a reação do governo israelense como exagerada, utilizando referências como “Big Brother” e “ficção científica” para ilustrar o seu argumento (KRESCH, 2020, n.p.).

Outro recurso nesse enquadramento são comparações com outras epidemias do passado, como zika, dengue e ebola, para argumentar que o risco representado pela covid-19 é menor do que as reações dos governos, da OMS e dos próprios jornais fazem acreditar. O epidemiologista Alexandre Cunha (2020), por exemplo, em um artigo de opinião publicado em 12 de março de 2020, compara o número de mortes por covid-19 no mundo até aquele momento aos óbitos pela gripe comum e dengue nos Estados Unidos e Brasil, respectivamente, no período de um ano. No texto (Quadro 3, título g), o médico argumenta que a doença não ofereceria riscos a indivíduos, mas ao sistema de saúde, criticando o que chamou de “epidemia do medo” (CUNHA, 2020, n.p.).

Já o *frame* de incertezas técnicas, adaptado de Brotas e Simões (2017) em sua pesquisa sobre a cobertura da epidemia de zika, diz respeito ao pouco que se sabe sobre a doença e o coronavírus. É mobilizado por especialistas em comentários sobre tratamentos e pesquisas de medicamentos, a eficácia dos testes rápidos ou a falta de testagem em massa para determinar o impacto real da pandemia no país, além de questionamentos sobre resultados de pesquisas científicas. Ao enquadrar o principal problema associado à pandemia como incertezas técnicas, o editor-chefe da revista científica *Science*, Herbert Holden Thorp, cujo editorial virou pauta

para a *Folha*, afirmou que desenvolver medicamentos, vacinas e/ou tratamento para a covid-19 “não se compara só a tentar consertar um avião em pleno voo –é como consertar o avião voando enquanto o projeto dele ainda está sendo elaborado” (LOPES, 2020, n.p.).

Quando definem o problema como as condições de vida e trabalho da população, as matérias relatam a dificuldade de implementar medidas de distanciamento e isolamento, recomendadas para reduzir a circulação do vírus, em um país desigual. A ausência de saneamento básico e espaço para isolamento nas periferias são temas frequentes:

> "Essa quarentena é muito seletiva. Quem consegue ficar em casa recebendo, ok. Mas quem depende do dinheiro do dia para comer precisa sair. Não tem nenhuma fala do poder público direcionada à favela, quando o vírus chegar vai ser como um dominó", diz Cintia Sant'Anna, 34, moradora do Morro da Providência. (BARBON; TEIXEIRA, 2020, n.p.)

Em outros casos, matérias com esse enquadramento tratam de profissões essenciais, mais expostas ao vírus, e desprotegidas devido à ausência de equipamentos de proteção individual e à precarização dos direitos trabalhistas (Quadro 3, títulos m e n). Por isso, esse enquadramento é geralmente acompanhado da responsabilização governamental, regulatória e/ou de políticas públicas, além de impactos sociais e na saúde, sendo mobilizado por sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs), membros do Judiciário, cidadãos e profissionais de saúde, que nesses casos ocupam a função de personagens.

A segunda dimensão é a atribuição de responsabilidades. São três os enquadramentos: responsabilização individual; responsabilização governamental, regulatória e/ou de políticas públicas; e fatores externos. Como identificado por Brotas e Simões (2017), o primeiro *frame* atribui a responsabilidade da contaminação ao indivíduo, que deve se cuidar para não sobrecarregar o sistema de saúde:

> “Muito cuidado com o álcool líquido, dê preferência à água e sabão dentro de casa", pediu Mandetta. "Tudo que eu não preciso agora é de queimaduras e de fumaça, porque isso ocupa UTI e respirador", afirmou. (BOLDRINI, 2020, n.p.)

Ele deve ainda cuidar dos outros, garantindo que não seja um vetor de contaminação para as pessoas ao seu redor. Como disse o primeiro-ministro espanhol Pedro Sánches, cujo discurso foi reproduzido em matéria da *Folha de S. Paulo*, “heroísmo é também lavar as mãos e ficar em casa” (PINTO, 2020, n.p.). Nesse enquadramento, presente em citações de autoridades, profissionais de saúde e em matérias de serviço, a solidariedade entre indivíduos assume papel importante para solucionar a crise. É o que defende a matéria “Em tempos de coronavírus, cresce solidariedade entre paulistanos; veja histórias”, escrita pelo jornalista Dhiego Maia (2020), ao relatar várias situações em que pessoas ajudaram umas às outras

durante a pandemia. A explicação do psicanalista Christian Dunker, que conclui a reportagem, justifica a solidariedade privada:

> O que estamos vivendo é um projeto de recuperação do que é comum. Todos nós estamos sendo afetados por essa pandemia do coronavírus. Não existe diferença alguma entre ricos e pobres e pouco importam as divergências políticas. (MAIA, 2020, n.p.)

Quadro 4 – Exemplos de títulos com enquadramentos de responsabilização

Enquadramentos	Títulos
Responsabilização individual	a. Uso de equipamentos protetores leva ao desabastecimento e falsa sensação de proteção b. Como posso ajudar quem mais precisa em meio à crise do coronavírus
Responsabilização governamental/regulatória/políticas públicas	c. Ao contrário de ações pelo mundo, Brasil mantém fronteiras abertas diante do novo coronavírus d. Primeiras mortes no RJ acendem alerta sobre unidades de saúde básica na capital e. Ministério da Saúde não sabe quantos testes de coronavírus foram feitos no Brasil
Fatores externos	f. Sem insumos, laboratórios privados limitam exames para detectar coronavírus g. Compra em massa pelos EUA cancelou aquisição de equipamentos para o Brasil, diz Mandetta

Fonte: Elaboração do autor, 2021

A responsabilização governamental, regulatória e/ou de políticas públicas é mobilizada em temas como testagem em massa, telemedicina, situação do sistema nacional de saúde e isolamento social. Diz respeito ao papel do governo e de órgãos reguladores no combate à pandemia, estando presente na fala de cientistas ou profissionais de saúde sobre o sucateamento de políticas públicas; e de governadores que, em seu embate público com o governo federal, atribuem a ele a falta de coordenação na resposta à pandemia. Inversamente, a presidência culpa os Estados por paralisarem a economia.

Nesse enquadramento, pesquisadores, profissionais de saúde e associações de médicos recomendam ao governo ações para o controle da pandemia, como a adoção do isolamento social horizontal e políticas de testagem em massa, enquanto juristas defendem o auxílio às pessoas vulneráveis e determinam o fechamento de estabelecimentos – exemplos disso são a

liminar que obrigou a Sabesp a fornecer água às favelas dos municípios que atende, sem cobrança aos moradores[46] e a recomendação administrativa do Ministério Público de São Paulo para que o governo estadual e a prefeitura da capital fechassem igrejas, bares e centros comerciais[47].

> A recomendação afirma que causar [sic] estranheza que cidades e estados com menos contagiados do que São Paulo, como Goiás, Rio e a cidade de Salvador, tenham adotado "medidas de isolamento social mais efetivas e restritivas do que a cidade e estado de São Paulo". (RODRIGUES, 2020, n.p.)

Sobre a telemedicina, em entrevista à *Folha*, o diretor da Associação Paulista de Medicina, Antônio Carlos Endrigo, responsabiliza o Conselho Federal de Medicina pelos entraves para a realização de consultas médicas remotamente:

> Em 2019, o CFM publicou uma norma sobre telemedicina que foi revogada por pressão de conselhos regionais. “Agora, os médicos não podem fazer atendimento remoto [integralmente]. Pode ser feita a triagem, mas não o atendimento com prescrição de medicamento. Os médicos estão de mãos atadas.” (COLLUCCI; MOREIRA, 2020, n.p.)

Já o epidemiologista Expedito Luna, professor da Universidade de São Paulo, cobra respostas das autoridades sobre a realização de testes para que seja possível acompanhar a pandemia em meio à proliferação de outros vírus respiratórios, além de responsabilizar o governo pelo subfinanciamento da rede nacional de laboratórios (CANCIAN; BOLDRINI, 2020).

Dessa forma, a responsabilização governamental não está associada a uma única posição política, sendo utilizada pelo governo federal e governadores estaduais, por defensores de políticas públicas de incentivo à pesquisa, por aqueles que acreditam no papel do Estado para a garantia de direitos fundamentais e até por quem defenda a reforma do funcionalismo público como solução para a crise, em um claro exemplo de discurso neoliberal. Afinal, mesmo quando se defende a redução da esfera de atuação estatal, presume-se a atuação do próprio Estado para regulamentá-la (DARDOT; LAVAL, 2016).

O jornalista da *Folha de S. Paulo*, Fernando Canzian (2020), por exemplo, em uma análise sobre a desigualdade no país, evidenciada pela distribuição das UTIs privadas durante a pandemia, associa a concentração dessas unidades em Brasília e no Rio de Janeiro à presença

---

[46] Cf. “Liminar obriga Sabesp e governo de SP a fornecerem água a favelas em SP”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/liminar-obriga-sabesp-e-governo-de-sp-a-fornecerem-agua-a-favelas-em-sp.shtml. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

[47] Cf. “Ministério Público de SP cobra decreto para fechar igrejas”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/ministerio-publico-de-sp-cobra-decreto-para-fechar-de-igrejas.shtml. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

de funcionários públicos, cuja renda seria maior que a do setor privado em cargos semelhantes. Em uma fusão dos dois assuntos, o autor conclui que, diante da recessão e queda na arrecadação, deveriam ser propostos cortes temporários nos salários desses servidores, que seriam uma parcela privilegiada da população.

Fatores externos são um enquadramento associado às discussões sobre políticas de testagem em massa, falta de EPIs e equipamentos médicos. Está presente nas falas de autoridades e da indústria para justificar o despreparo nacional para lidar com a crise, atribuindo a culpa à capacidade de suprimento do mercado internacional e à competição entre os países para aquisição de insumos (Quadro 4).

São quatro os enquadramentos mobilizados pela *Folha de S. Paulo* para avaliar as consequências da pandemia de covid-19. O *frame* de impactos econômicos opõe a saúde à economia e foca nos efeitos do isolamento social em setores econômicos e na produção nacional, sendo mobilizado principalmente pelo governo federal, mas também por pesquisadores, instituições internacionais e entidades de classe. O físico Henrique Gomes (2020), por exemplo, defendeu em artigo de opinião que os efeitos de longo prazo na economia sejam considerados para adoção de medidas, opondo as vidas que podem ser perdidas por causa da pandemia de covid-19 à qualidade de vida daqueles que sobrevivem, prejudicada pela paralisação da economia.

No noticiário econômico e político, esse *frame* assume uma oposição mais clara à saúde, com patrocínio do governo federal. São declarações reproduzidas pelo jornal, como a defesa do "passaporte da imunidade" pelo ministro da Economia, Paulo Guedes[48], que preconiza o controle do contágio pelo coronavírus por meio da testagem de trabalhadores para garantir a retomada da atividade econômica; ou a fala de Onyx Lorenzoni[49], à época no comando do Ministério da Cidadania, para uma retomada após a Páscoa de 2020. Há ainda a defesa da restrição dos investimentos públicos, o chamado "teto de gastos", em artigos de opinião[50] e

[48] Cf. "Contra coronavírus, Guedes defende 'passaporte de imunidade' para retomada da economia". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/contra-coronavirus-guedes-defende-passaporte-de-imunidade-para-retomada-da-economia.shtml. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

[49] Cf. "Onyx defende retorno de atividades mesmo em áreas não essenciais". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/onyx-defende-retorno-de-atividades-mesmo-em-areas-nao-essenciais.shtml. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

[50] Cf. "Alterar o teto de gastos para enfrentar o coronavírus traria mais incerteza". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/alterar-o-teto-de-gastos-para-enfrentar-o-coronavirus-traria-mais-incerteza.shtml. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

matérias[51] da *Folha de S. Paulo* quando a flexibilização da lei foi aventada no debate público por especialistas devido à crise do petróleo e à pandemia, em março de 2020.

Nessas editorias, o enquadramento se opõe também a classes sociais vulneráveis, como a crítica de Paulo Guedes ao "ativismo regulatório" do Congresso, cujos integrantes apresentaram projetos para garantir a isenção do pagamento da conta de energia elétrica e a suspensão de aluguéis durante a pandemia. "O ministro defendeu que a população pague os boletos: 'Vamos manter os pagamentos em dia para não destruirmos, descapitalizarmos e descontinuarmos os serviços que estamos usando'" (RESENDE, 2020b, n.p.). As declarações foram feitas em videoconferência com representantes do varejo, em 4 de abril de 2020, e reproduzidas na matéria "Congresso tem que resistir ao ativismo e evitar conceder a isenção de boletos, diz Guedes" (RESENDE, 2020b), que tem impactos econômicos como enquadramento predominante e que, ao ser pautada pelas declarações do ministro, acaba por endossá-las.

As declarações de Guedes também se enquadram como de responsabilização individual, uma vez que atribuem aos indivíduos o dever de preservar o caixa das empresas, que por sua vez sustentariam a retomada econômica. É a "inversão paradoxal da liberdade" descrita por Wendy Brown (2018, p. 10): embora o indivíduo seja livre para cuidar de si, a ele é imputado um projeto econômico geral.

> No lugar da promessa do contrato social, de que o corpo político protegeria o indivíduo contra os perigos externos e internos que ameaçam sua vida, indivíduos agora podem ser legitimamente sacrificados pelo todo, esse "todo" podendo significar qualquer coisa, a sustentabilidade tanto de uma empresa particular, quanto de uma economia nacional ou pós-nacional. (BROWN, 2018, p. 41)

Quadro 5 – Exemplos de títulos com enquadramentos de consequências

Enquadramentos	Títulos
Impactos econômicos	a. Só internações em UTIs podem custar mais de R$ 1 bi ao SUS, diz estudo b. Plano modelo para idosos pode sofrer impacto de mortes por coronavírus
Impactos na saúde da população	c. Crise do coronavírus faz planos de saúde cancelarem autorizações para exames e cirurgias d. Medidas contra coronavírus reduziram poluição e salvaram 50 mil na China, diz pesquisador

[51] Cf. "Regra do teto de gastos não limita combate a coronavírus, dizem analistas". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/regra-do-teto-de-gastos-nao-limita-combate-a-coronavirus-dizem-analistas.shtml. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

Impactos sociais	e. Em quarentena, 72% dos moradores de favelas têm padrão de vida rebaixado f. Sem comida, estrangeiros de SP pulam refeições e já voltam para seus países g. ONG ajuda nordestinos em SP a enfrentar coronavírus com comida, sabão e informação
Impactos no modo de vida	h. Bairros movimentados de São Paulo têm segunda-feira com cara de domingo i. Confinados em casa, casais lutam contra dificuldades da hiperconvivência j. Com academias fechadas por causa do coronavírus, ida ao supermercado vira treino

Fonte: Elaboração do autor, 2021

O *frame* de impactos na saúde da população, diferente das avaliações sobre os riscos, retrata o adoecimento das pessoas e, especificamente, de grupos profissionais mais expostos ao vírus como médicos, enfermeiros, recepcionistas, motoristas de ônibus etc., além dos impactos na saúde mental ou mesmo de efeitos positivos do isolamento, como a redução da poluição (Quadro 4). Esse enquadramento é mobilizado por associações de trabalhadores, cientistas e profissionais de saúde.

Outras matérias contêm o enquadramento de impactos sociais, destacando os efeitos da pandemia sob a ótica do emprego, do agravamento das desigualdades sociais no Brasil e da necessidade de assistência aos mais vulneráveis. Exemplo disso é a série de matérias intitulada "Diário da privação"[52], que acompanhou uma família de Paraisópolis, em São Paulo, durante o período de uma semana. Publicadas sob a forma de relatos, as matérias narram os impactos da pandemia na renda familiar, que "[...] passou de cerca de R$ 900 para nada" (SANT'ANNA, 2020, n.p.), quando a trabalhadora doméstica Regina Santos Silva foi dispensada de duas casas nas quais fazia faxina. O desfecho da narrativa é a esperança de que a família consiga se "reerguer" com as doações de leitores do jornal – o que, se por um lado demonstra o tipo de serviço público que o jornalismo pode cumprir, por outro conota a ação de indivíduos como solução cabal para a desigualdade.

[52] Cf. "Diário da privação: Chorei, de chorar, de lágrima mesmo, tá ligado?". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/diario-da-privacao-chorei-de-chorar-de-lagrima-mesmo-ta-ligado.shtml. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

Mais frequente nas avaliações sobre consequências, os impactos no modo de vida ressaltam as mudanças na rotina da população durante a quarentena, acompanhando personagens e suas dificuldades de adaptação ao novo estilo de vida. Dificilmente essas matérias retratam a vida nas periferias, optando pela rotina de profissionais liberais e mudanças nas formas de lazer, como na matéria "Prédios fecham piscina, salão de festas e academia para conter coronavírus"[53].

A única solução definitiva para a pandemia é o progresso científico, que se reflete na crença ocidental no avanço tecnológico (BROTAS, 2011 apud BROTAS; SIMÕES, 2017, p. 59). Pesquisadores e divulgadores científicos são os principais patrocinadores desse enquadramento, no qual a ciência é vista como em constante evolução, cada passo sendo documentado em matérias sobre novos estudos científicos e suas conclusões, iniciativas para acelerar a produção de vacinas, além de alternativas de tratamento e diagnóstico (Quadro 6), conforme observado por Brotas e Simões (2017).

Quadro 6 – Exemplos de títulos com enquadramentos de soluções

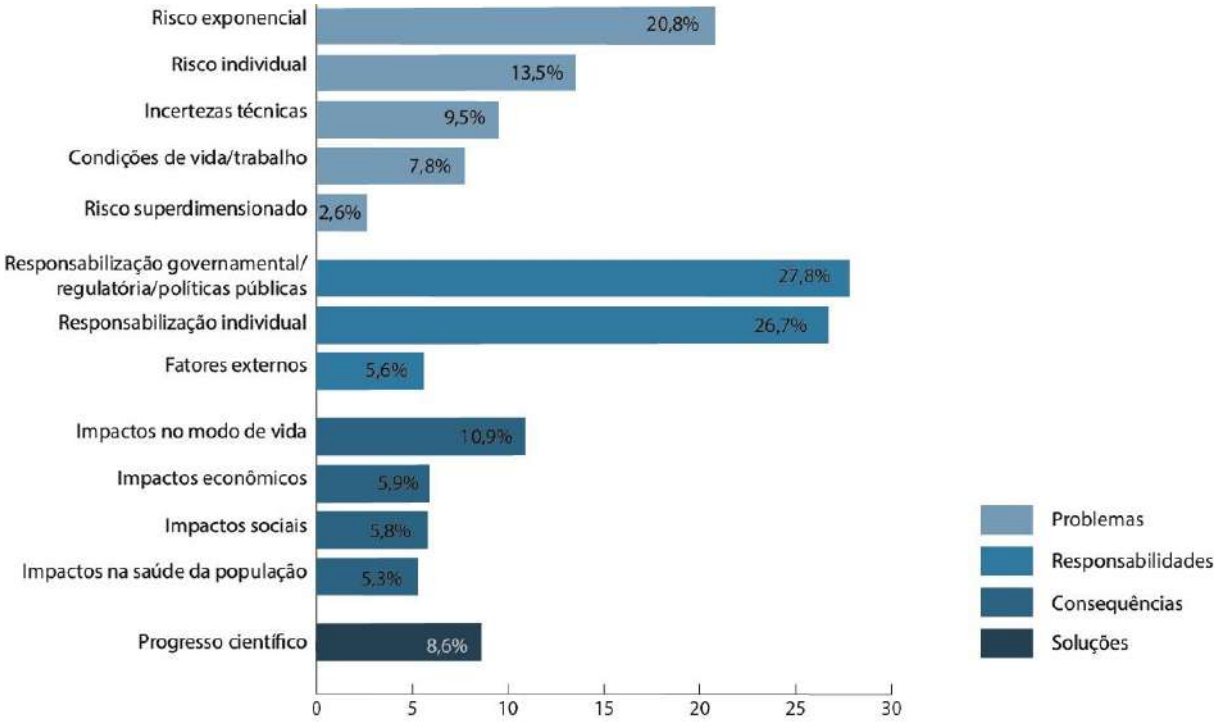
Enquadramentos	Títulos
Progresso Científico	a. Pandemia de coronavírus gera corrida global por vacinas, medicamentos e diagnósticos b. Pesquisadores começam a decifrar identidade do novo coronavírus no Brasil c. Cientistas publicam um novo estudo sobre coronavírus a cada três horas; China lidera

Fonte: Elaboração do autor, 2021

Além dos enquadramentos interpretativos, identificamos também enquadramentos episódicos, que, como vimos, são definidos por Porto (2007a) como um modelo descritivo de cobertura. Utilizamos esse tipo de *frame* para classificar matérias que não apresentam avaliações sobre a pandemia, como o texto da *Folha de S. Paulo* sobre a publicação de um decreto pelo governo do Distrito Federal que determinava o fechamento de salas de cinema e teatro para conter a propagação do coronavírus (RESENDE, 2020a). Pautada exclusivamente pelo decreto, a matéria não traz interpretações acerca da determinação do governo.

[53] Cf. "Prédios fecham piscina, salão de festas e academia para conter coronavírus". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/predios-fecham-piscina-salao-de-festas-e-academia-para-conter-coronavirus.shtml. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

Gráfico 1 – Percentual de enquadramentos encontrados nos textos da *Folha de S. Paulo* (12/3/2020 a 12/4/2020)



Fonte: Elaboração do autor, 2021

No período analisado, aproximadamente 23% das matérias apresentaram enquadramentos noticiosos do tipo episódico, enquanto foram encontradas 970 ocorrências de enquadramentos interpretativos. De acordo com os *frames* interpretativos mais frequentes, podemos observar que a *Folha de S. Paulo* enquadrou a pandemia de covid-19 como uma doença cuja transmissibilidade oferece riscos à população e ao sistema de saúde, com ênfase no crescimento exponencial de casos e mortes. Governos e indivíduos foram responsabilizados quase que na mesma proporção, estando o primeiro enquadramento presente em 28% dos textos publicados e o segundo, em 27%. Assim, da mesma forma que se esperava que as instituições de Estado adotassem políticas públicas de combate à pandemia, o cuidado pessoal, a mudança de comportamentos e mesmo a solidariedade entre os indivíduos foram considerados igualmente importantes. O foco na dimensão individual se reflete também em como o jornal enquadrou as consequências da pandemia, que afetaria principalmente o modo de vida da sociedade, alterando rotinas e comportamentos. Nos 30 dias analisados, o enquadramento progresso científico foi mobilizado em 9% das matérias.

De forma geral, a cobertura da *Folha de S. Paulo* se concentrou em explicar ao público quais os problemas relacionados à pandemia e aqueles a serem responsabilizados. Definição de

problemas e atribuição de responsabilidades são dimensões frequentemente mobilizadas, presentes em mais da metade das matérias.

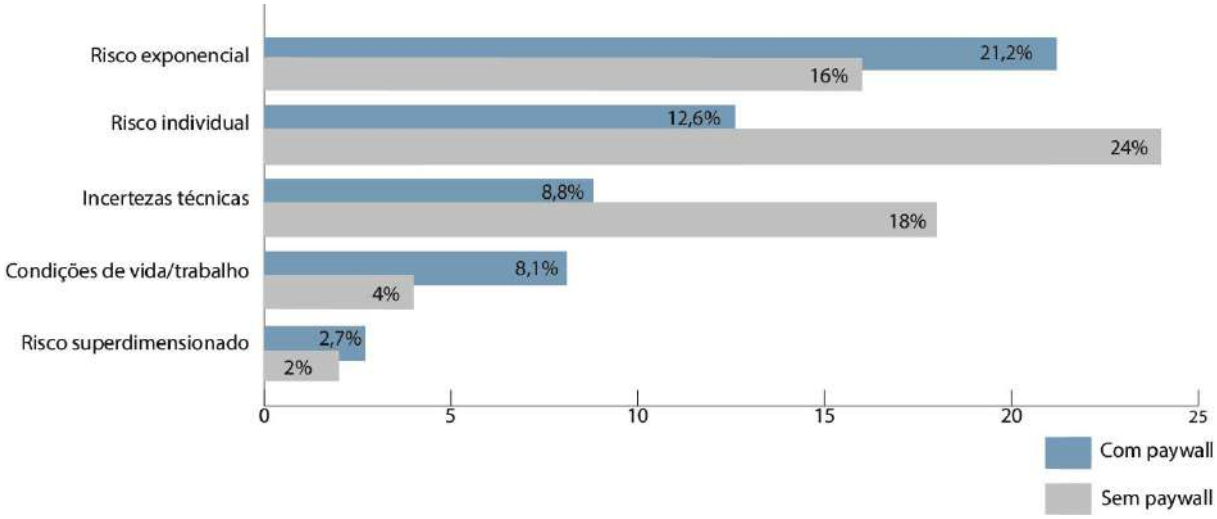
No entanto, resta saber como o jornal explicou a pandemia em seus textos restritos e abertos, qual a diferença entre os enquadramentos mobilizados atrás do *paywall* e as interpretações promovidas pela *Folha de S. Paulo* para acesso gratuito, cuja "relevância" justificou a suspensão da barreira de assinatura em um movimento de autolegitimação.

4.2.1 Conteúdos pagos e gratuitos

Embora o percentual de enquadramentos episódicos seja semelhante entre conteúdos pagos e gratuitos – 22% e 26%, respectivamente – observamos que a proporção dos enquadramentos interpretativos mobilizados em matérias abertas ao público e exclusivas para assinantes diferiu no período analisado. Nos conteúdos abertos, o jornal explicou a covid-19 como uma doença que ofereceria maior risco ao indivíduo, que estaria no controle da situação a ponto de mitigá-lo, enquanto dentro do *paywall* o risco está associado ao aumento exponencial de casos, cuja responsabilidade recai sobre governos.

Devemos considerar dois aspectos da cobertura aberta da *Folha de S. Paulo*: o número de notícias publicadas sem barreira de assinatura é muito menor que o de conteúdos exclusivos, 50 contra 593 entre 12 de março e 12 de abril de 2020; além disso, como demonstraremos adiante, as matérias se dividem em textos do gênero informativo, dos quais a grande maioria são checagens de informações falsas, e de serviço.

Gráfico 2 – Percentual de enquadramentos de problemas, encontrados nos textos com e sem *paywall* da *Folha de S. Paulo* (12/3/2020 a 12/4/2020)

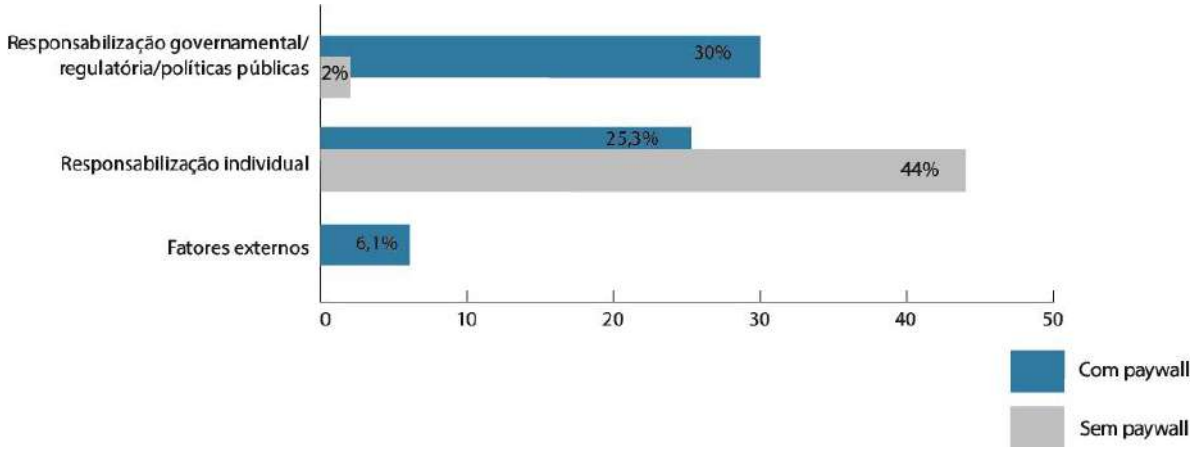


Fonte: Elaboração do autor, 2021

Nos conteúdos sem *paywall*, a *Folha de S. Paulo* define os principais problemas apresentados pela pandemia de covid-19 como o risco oferecido ao indivíduo (24%), as incertezas associadas à doença (18%) e o risco de crescimento exponencial de casos e mortes (16%). Nas matérias para assinantes, o enquadramento predominante é o risco exponencial (21%), conforme o Gráfico 2.

O foco na dimensão individual na cobertura aberta ao público é mais evidente na mobilização de enquadramentos de responsabilização do indivíduo, presentes em 44% das matérias sem *paywall*, ante 25% dos conteúdos restritos a assinantes. Inversamente, a Folha de S. Paulo quase não responsabilizou o governo pela pandemia nos textos gratuitos, enquanto o enquadramento é predominante nos conteúdos exclusivos (Gráfico 3). Além disso, fatores externos não foram mobilizados nos textos jornalísticos sem *paywall*. Isso se deve ao fato de o enquadramento estar presente em discussões sobre políticas de testagem em massa e aquisição de equipamentos médicos, ausentes nos conteúdos gratuitos.

Gráfico 3 – Percentual de enquadramentos de responsabilização, encontrados nos textos com e sem *paywall* da *Folha de S. Paulo* (12/3/2020 a 12/4/2020)



Fonte: Elaboração do autor, 2021

Quando menciona a testagem de casos suspeitos de covid-19 nos textos abertos, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* atribui ao indivíduo a avaliação sobre a necessidade de fazer o teste em um contexto de recursos escassos[54], mobilizando dessa forma o enquadramento de responsabilização individual. Outros temas de controvérsia no período, o isolamento social e o tratamento da covid-19 com cloroquina e hidroxicloroquina, estão presentes em número

[54] Cf. "Quando fazer teste? Como cuidar de idosos? O que fazer com beijos? Médico explica". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/quando-fazer-teste-como-cuidar-de-idosos-o-que-fazer-com-beijos-medico-explica.shtml. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

reduzido na cobertura aberta, sendo mencionados principalmente em matérias de checagem. A esse respeito, vale mencionar que o jornal checou informações sobre a utilização de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento de covid-19 presentes em textos na internet, mas não empregou o mesmo esforço em conteúdos publicitários publicados pelo próprio veículo, como o anúncio em defesa do chamado "tratamento precoce" publicado na edição impressa da *Folha de S. Paulo* em 23 de fevereiro de 2021, quando o uso *off-label* da cloroquina já havia sido refutado (Figura 2). Mais tarde, durante a CPI da Pandemia[55], a Vitamedic, fabricante da ivermectina – um dos medicamentos que fazem parte do "kit covid"[56] – admitiu ter pagado pelo conteúdo publicitário[57].

Figura 2 – *Folha de S. Paulo* publica anúncio sobre a utilização de cloroquina para tratamento de covid-19

Fonte: *Folha de S. Paulo*, edição impressa distribuída em 23 fev. 2021

[55] Cf. Nota 40.

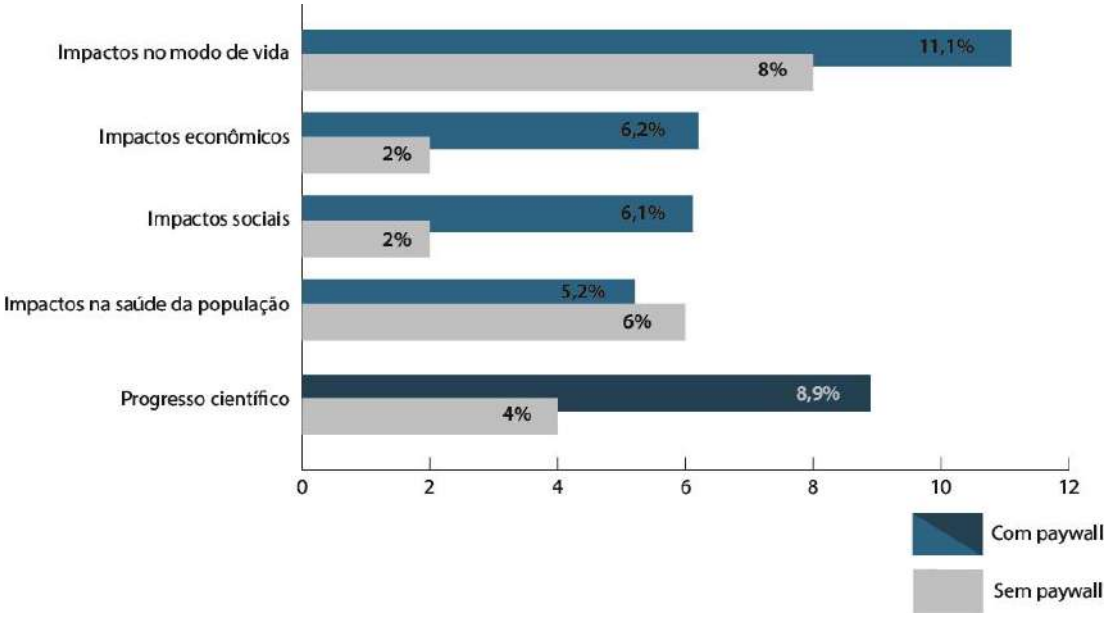
[56] O "kit covid" é formado por um conjunto de medicamentos sem eficácia comprovada contra a covid-19, como hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, corticosteroides sistêmicos e nitazoxanida, cuja utilização para o tratamento da doença foi incentivada pelo governo federal, em detrimento de práticas respaldadas cientificamente como distanciamento social e uso de máscaras. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/. Acesso em: 13 de dezembro de 2021.

[57] Cf. "Farmacêutica é processada em R$ 45 mi por propaganda de 'tratamento precoce'". Disponível em: https://www.poder360.com.br/coronavirus/farmaceutica-e-processada-em-r45-mi-por-propaganda-de-tratamento-precoce/. Acesso em: 1 de dezembro de 2021.

No período, o leitor que se informou apenas pelas matérias abertas do jornal ficou alheio a discussões sobre a falta de equipamentos de proteção individual para trabalhadores de saúde, a situação do sistema prisional e medidas que poderiam garantir a segurança de pessoas encarceradas, ausência de dados para mensurar o estado epidemiológico do país, questões éticas da antecipação de etapas na pesquisa científica, entre outras.

Avaliações sobre as consequências da pandemia e soluções foram consideravelmente menores em proporção nos textos sem *paywall*. O jornal mobilizou impactos no modo de vida em matérias de serviço sobre comportamento e saúde, além da publicação de relatos dos leitores sobre a rotina durante o isolamento social[58]. Impactos econômicos e sociais estão presentes em matérias de checagem, enquanto impactos na saúde da população são mobilizados em matérias de serviço, que disponibilizam informações para que o leitor possa lidar com a desinformação, considerada uma ameaça à saúde.

Gráfico 4 – Percentual de enquadramentos de consequências e soluções, encontrados nos textos com e sem *paywall* da *Folha de S. Paulo* (12/3/2020 a 12/4/2020)



Fonte: Elaboração do autor, 2021

Da mesma forma, a análise dos gêneros jornalísticos, identificados com base em Vaz (2008, p. 4-8), aponta para uma maior publicação de matérias do gênero jornalismo de serviço na cobertura aberta da *Folha de S. Paulo*, diferentemente dos conteúdos com barreira de

[58] Cf. "Pipoca, reunião online e peixe beta; leitores adaptam a rotina para o home office". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/pipoca-reuniao-online-e-peixe-beta-leitores-adaptam-a-rotina-para-o-home-office.shtml. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

assinatura. Fora do *paywall*, os gêneros das matérias da editoria de saúde se dividem em: informativo (54%) – dos quais mais de 70% são checagens –, informativo com elementos de serviço (28%), serviço (16%) e diversional (2%). Já nos conteúdos exclusivos, identificamos o gênero informativo em 88% das matérias, ante 5% opinativos, 4% de serviço, 3% informativos com elementos de serviço e 0,2% diversional.

É possível atribuir a predominância de enquadramentos de risco e de responsabilização individuais nos textos sem barreira de assinatura à escolha pelo gênero jornalismo de serviço e à inserção de elementos de serviço em matérias do gênero informativo, que juntos somam 44% das matérias gratuitas analisadas. O serviço comunica ao indivíduo, visa orientar comportamentos e fornece informações práticas (DIEZHANDINO, 1993). Já o maior número de enquadramentos de incertezas técnicas está associado às matérias de checagem, que se dedicaram a desmentir a suposta eficácia de medicamentos contra a covid-19, teorias sobre a origem do vírus, a existência de vacinas ou cura para a doença, ressaltando a ausência de repostas para essas questões.

Nesse sentido, podemos afirmar que as matérias abertas da *Folha de S. Paulo* desempenharam o papel de dizer ao leitor como se comportar durante a pandemia e no que acreditar, vide a quantidade de checagens de informações falsas. O conteúdo publicado contrasta com a construção da própria imagem do jornal, segundo a qual a pluralidade de opiniões contribuiria para que seus leitores tirassem suas próprias conclusões sobre temas de relevância pública, conforme o compromisso assumido pela *Folha de S. Paulo* em seu projeto editorial[59]. O serviço oferecido pelo jornal aos seus leitores não-pagantes se restringe a um receituário de comportamentos, afastando-se do reconhecimento de que as notícias têm consequências sociais, como defende Silva (2013), e ainda mais distante da reparação de injustiças sociais como relatado por Roudakova (2009).

Contudo, a expressiva mobilização de enquadramentos de responsabilização individual em conteúdos pagos não pode ser explicada pelo gênero jornalismo de serviço, cujo percentual entre as matérias exclusivas é baixo. Em uma análise mais ampla, esses *frames* estão associados à racionalidade neoliberal que, presente em todos os níveis da vida social, supera a dimensão ideológica e tem como uma de suas premissas a responsabilização ilimitada do indivíduo (DARDOT; LAVAL, 2016). “Esse trabalho político e ético de responsabilização está associado a numerosas formas de ‘privatização’ da conduta, já que a vida se apresenta somente como

[59] Cf. “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância”. Disponível em: http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

resultado de escolhas individuais" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 230). Ao responsabilizar o indivíduo, o jornal interpreta o acontecimento dissonante, a pandemia, e o retorna aos sentidos compartilhados da doxa (SILVA, 2019). Nesse contexto, a informação serve como insumo à escolha: a partir do momento em que se considera que os indivíduos têm informações disponíveis que possam subsidiar suas decisões, eles podem ser responsabilizados pelos riscos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Os enquadramentos de risco e responsabilização individuais não são os únicos inseridos na racionalidade neoliberal. A mobilização do *frame* fatores externos implica a naturalização da concorrência entre Estados, característica da sociedade neoliberal, na qual a aplicação do princípio da concorrência, para além dos mercados, se estende a indivíduos e Estados (DARDOT; LAVAL, 2016). Além disso, a própria responsabilização governamental pressupõe, em alguns momentos, a atuação do Estado para restringir sua esfera de atuação. Parte de uma sociedade regida por uma lógica normativa neoliberal, que transpassa do sujeito ao Estado (DARDOT; LAVAL, 2016), a narrativa jornalística acaba por reafirmar e reforçar valores respaldados socialmente, potencializando seus efeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a avaliação do *corpus* e matérias pontuais, verificamos que a *Folha de S. Paulo* utilizou a pandemia como uma oportunidade para autolegitimação, colocando o "jornalismo profissional", conforme sua própria definição, como fonte apropriada de informações. No entanto, apesar de a abertura do *paywall* ter sido justificada como uma forma de garantir acesso à informação a todos os públicos, os assuntos e interpretações mobilizados pelo jornal diferiram dentro e fora da barreira de assinatura.

Embora a *Folha de S. Paulo* tenha afirmado que disponibilizaria informações "relevantes" sobre a pandemia, em um movimento de autolegitimação e reivindicação de sua autoridade cultural para fornecer interpretações sobre a crise sanitária, o jornal optou por orientar o comportamento de seus leitores e apontar o que deveriam acreditar, conforme constatado pelo número de matérias de serviço e checagens de informações entre os textos liberados. No período analisado, o leitor do veículo que tenha se informado exclusivamente por reportagens publicadas fora do *paywall* ficou alheio a discussões sobre a condução da resposta à pandemia, das avaliações sobre a implementação de políticas públicas às questões éticas relacionadas à ciência, o que nos faz questionar a relevância do conteúdo aberto a não-assinantes e o comprometimento do jornal com o público em um momento de crise epidemiológica, cuja gravidade e consequente necessidade de informações ele mesmo reconheceu.

Os textos gratuitos da *Folha de S. Paulo* responsabilizaram o indivíduo pela pandemia de covid-19: ao leitor compete proteger a si mesmo, para mitigar os riscos individuais relacionados à doença e para não se tornar um vetor de transmissão; e aos outros, devendo ser solidário às dificuldades alheias. A mobilização desses enquadramentos de responsabilização individual está associada ao gênero jornalismo de serviço, cujo objetivo é informar ao indivíduo, o que se constata pela utilização da segunda pessoa do singular em grande parte das matérias. Além disso, mesmo nos conteúdos pagos, pudemos observar a predominância de uma racionalidade que privilegia a responsabilização do indivíduo, em detrimento de soluções coletivas: governo e indivíduo foram responsabilizados quase que na mesma proporção.

No entanto, nossa pesquisa está restrita a um recorte temporal específico, de 30 dias a partir da suspensão do *paywall* para matérias sobre a pandemia, sendo necessários novos trabalhos que possam analisar a produção do jornal durante a crise epidemiológica como um todo. É possível, por exemplo, que nos meses subsequentes outros enquadramentos tenham sido

mobilizados, a cobertura tenha sido maior, em termos quantitativos em relação às notícias sem barreira de assinatura, ou tenha incluído discussões de relevância pública.

Além disso, por trabalharmos com um *corpus* extenso, optamos por simplificar o nível de análise dos enquadramentos. Dessa forma, este trabalho não esclarece os diferentes níveis de responsabilização governamental ou elabora sua relação com disputas políticas incentivadas pelo governo federal durante a pandemia. Governos estaduais e municipais foram responsabilizados da mesma forma que o governo federal? Em que controvérsias estiveram envolvidos? Por quem foram responsabilizados? Essas são perguntas que fugiram à nossa análise e devem ser esclarecidas em pesquisas posteriores.

Esta monografia também está limitada a um único veículo de comunicação. Apesar de a *Folha de S. Paulo* ser o jornal digital mais lido do país[60], nossa análise não elucida como outros jornais tradicionais ou nativos digitais enquadraram a pandemia. Pesquisas futuras podem utilizar a análise de enquadramento, conforme a abordagem adotada neste trabalho de classificação de *frames* em dimensões, para comparar a cobertura da pandemia em diferentes jornais, tradicionais ou não. Como os veículos de comunicação nativos digitais cobriram a pandemia, que enquadramentos mobilizaram, como definiram o seu papel social ou a função do jornalismo nesse momento e o que caracterizaram como "jornalismo profissional" são algumas das perguntas que podem ser respondidas por novas pesquisas, abrindo espaço para a compreensão de uma dinâmica mais ampla de autolegitimação do jornalismo em um momento de descrédito na imprensa, mas também de disputa em torno de valores e práticas "profissionais".

O conhecimento científico sobre a cobertura jornalística da pandemia também pode se beneficiar de pesquisas sob o ponto de vista das audiências e seu poder para influenciar decisões estratégicas dos veículos de comunicação. Embora não tenhamos tratado dessa dinâmica nesta monografia devido à restrição do nosso *corpus* à narrativa da *Folha de S. Paulo*, usuários de redes sociais cobraram a abertura do *paywall* durante o agravamento da crise em março e, após o anúncio dos jornais, exigiram que mais matérias fossem disponibilizadas de forma gratuita, como indica a ombudsman da *Folha* no artigo "Testando a paciência do leitor" (LIMA, 2020b). Dessa forma, partindo da teoria do discurso metajornalístico (CARLSON, 2016), pesquisadores podem identificar quais foram os discursos produzidos pelas audiências durante a crise, onde foram veiculados, como avaliaram e definiram o jornalismo, quais os valores e práticas consideraram adequados e que influência tiveram.

[60] Considerando-se o total de páginas visitadas no primeiro trimestre de 2021. Cf. Nota 3.

Há também a relação entre o gênero jornalismo de serviço e a ascensão de uma racionalidade neoliberal, gestada nas últimas décadas do século XX (DARDOT; LAVAL, 2016). Pouco pesquisado no Brasil, o gênero utilitário pode ser estudado à luz do trabalho ético e político de responsabilização individual em meio à desestruturação do Estado de bem-estar social e do aparecimento de uma realidade subjetiva de autogestão dos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016). Essa abordagem pode nos oferecer uma perspectiva crítica em relação à maior utilização do gênero no século XXI, sob a hipótese de que esse processo seja fruto de uma racionalidade nascente e, ao mesmo tempo, atue para naturalizá-la.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Raquel; ARAÚJO, Inesita Soares. A mídia em meio às 'emergências' do vírus Zika: questões para o campo da comunicação e saúde. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2016. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16952. Acesso em: 16 jun. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**. Niterói, n. 12, p. 23-57, jan. 2000. Disponível em: https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17299. Acesso em: 26 nov. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A narrativa jornalística para além dos faits-divers. **Lumina. Revista da Faculdade de Comunicação / UFJF**. Juiz de Fora, v.3, n.2, p. 69-91, jul./dez. 2000.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 10, n. 20, p. 100-115, jan./jun. 2010.

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal "Professor Terra Plana". **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 83-104, 5 dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38088. Acesso em: 13 dez. 2021.

ANDERSON, C. W., BELL, Emily J.; SHIRKY, Clay. **Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present**. [*S. l.*]: Tow Center for Digital Journalism - Columbia University, 2014. Disponível em: https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8N01JS7. Acesso em: 27 maio 2021.

ANDRADE, Ítalo; LIMA, Irenilda. Deu Zika na mídia: uma análise da cobertura midiática sobre o aedes aegypti no jornal O Estado de São Paulo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación – ALAIC**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 270-280, 2019.

ARRESE, Ángel. From Gratis to Paywalls: A brief history of a retro-innovation in the press's business. **Journalism Studies**, [*s. l.*], v. 17, n. 8, p. 1051-1067, 2016.

BARBON, Júlia; TEIXEIRA, Tércio. No Rio, favelas esperam a chegada do vírus sem água e com aglomerações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/no-rio-favelas-esperam-a-chegada-do-virus-sem-agua-e-com-aglomeracoes.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

BIRD; S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Myth, Chronicle, and Story: Exploring the Narrative Qualities of News. *In*: CAREY; J. W. (org). **Media, Myths, and Narratives: Television and the Press**. Sage Annual Reviews of Communication Research. [*S. l.*]: Sage Publications, [1988?]. p. 67-86.

BOLDRINI, Angela. Ministro da Saúde pede que população não use hidroxicloroquina. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/ministro-da-saude-pede-que-populacao-nao-use-hidroxicloroquina.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

BRAGA, Ivana. **Desigualdade, Interseccionalidade e políticas públicas: um estudo das narrativas da mídia sobre a epidemia de Zika vírus de maio de 2015 a maio de 2017**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

BROTAS, Antônio; SIMÕES, Victória. Controvérsias públicas sobre Zika vírus: cobertura jornalística e enquadramentos. *In*: RANGEL-S, Maria Ligia; RAMOS, Natália (Org.). **Comunicação e saúde: perspectivas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 51-70.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. [*S. l*]: Zazie Edições, 2018.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceito e funções. **Ciência e Cultura**, Campinas, v.

37, n. 9, p. 1421-1427, 1985.

BUENO, Wilson da Costa. As fontes comprometidas no jornalismo científico. *In*: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. (Org.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 55-72.

CANCIAN, Natália; BOLDRINI, Angela. Governo quer ampliar kits para testar coronavírus, mas mantém exame só para casos graves. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/governo-quer-ampliar-kits-para-testar-coronavirus-mas-mantem-exame-so-para-casos-graves.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

CANZIAN, Fernando. Epidemia e distribuição de UTIs privadas escancaram desigualdade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/epidemia-e-distribuicao-de-utis-privadas-escancaram-desigualdade.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

CARLSON, Matt. Metajournalistic Discourse and the Meanings of Journalism: Definitional Control, Boundary Work, and Legitimation. **Communication Theory**, [*s. l.*], v. 26, n. 4, p. 349-368, 2016.

CASTILHOS, Washington; ALMEIDA, Carla. Discursos sobre o aborto na epidemia de Zika: análise da cobertura dos jornais O Globo e Folha de S.Paulo. **Cad. Saúde Pública**, [*s. l.*] v.36, supl.1, n.p., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/45p4ZrntPxJrj4WPRNTgkZh/?lang=pt. Acesso em: 16 jun. 2021.

COLLUCCI, Cláudia; MOREIRA, Matheus. Médicos e serviços dão orientação a distância. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/medicos-e-servicos-dao-orientacao-a-distancia.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

CUNHA, Alexandre. Coronavírus é desafio para saúde pública, mas pouco preocupante em nível individual. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/coronavirus-e-desafio-para-saude-publica-mas-pouco-preocupante-em-nivel-individual.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

DANFÁ, Lassana; MORAIS, Edclécia R. C. de. Bioética e zika vírus na imprensa brasileira: reflexões psicossociais. **Psicologia e Saber Social**, [*s. l.*], v. 6, n. 2, p. 274-287, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEZHANDINO, María Pilar. El "Periodismo de Servicio", La Utilidad En El Discurso Periodístico. **Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura**, Barcelona, n.15, p.117-125, 1993. Disponível em: http://www.raco.cat/index.php/analisi/article/viewFile/41192/89145. Acesso em: 12 jun. 2021.

ENTMAN, Robert. Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, [*s. l.*], v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FERRAZ, L. M. R. Saúde e política na crise da Covid-19: apontamentos sobre a pandemia na imprensa brasileira. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 273-278, jun. 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41965. Acesso em: 16 jun. 2021.

FERRAZ, L. M. R.; GOMES, I. M. de A. M. A construção discursiva sobre a dengue na mídia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-74, 2012.

FERREIRA, Lígia Gomes. El Pais: Análise da função do hiperlink em webnotícia. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39, 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2016, v. 39, p. 1-14. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2046-1.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

FETTER, Giselle L. Discurso anticientífico e covid-19: tensões entre política e jornalismo. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 9, n. 4, p. 562-584, 2020.

FLORES, N. M.; GOMES, I. M. de A. M. Do alerta à ação: discursos sobre a epidemia do zika no jornal Diario de Pernambuco. **Revista FAMECOS**, [*s. l.*], v. 26, n. 2, p. 1-27, 2019. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/32428. Acesso em: 16 jun. 2021.

FOLHA libera acesso a textos com serviços relevantes sobre coronavírus a todos os leitores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/folha-libera-acesso-a-textos-com-servicos-relevantes-sobre-coronavirus-a-todos-os-leitores.shtml. Acesso em: 21 ago. 2021.

FREIRE, Vinicius; ALVES, Gabriel; GIELOW, Igor. Contra epidemia de coronavírus, Brasil precisa parar, afirmam especialistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/contra-epidemia-brasil-precisa-parar-afirmam-especialistas.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

GAMSON, William; LASCH, Kathryn. The political culture of social welfare policy. *In*: SPIRO, S.;YUCHTMAN-YAAR, E. (Org.). **Evaluating the welfare state**. Nova York: Academic Press, 1983. p. 397-415.

GARCIA, Diego. 'Peguei H1N1 no auge da pandemia; temor na época lembra o do coronavírus'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/peguei-h1n1-na-epoca-da-pandemia-temor-na-epoca-lembra-o-do-coronavirus.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

GEHRKE, Marília. As fontes acionadas no Jornalismo Guiado por Dados durante a cobertura da Covid-19. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, 7, 2020, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ABRAJI, 2020, v. 7, p. 1-19. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/37612c0f-16f3-4ca9-afed-acfbce9e172e/Marilia_Gehrke_As_fontes_acionadas_no_Jornalismo_Guiado_por_Dados_durante_a_cobertura_da_Covid-19_pdf.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

GIERYN, Thomas F. Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. **American Sociological Review**, [*s. l.*], v. 48, n. 6, p. 781-795, 1983.

GOMES, Henrique. Não podemos fetichizar as mortes provocadas pelo coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/nao-podemos-fetichizar-as-mortes-provocadas-pelo-coronavirus.shtml. Acesso em: 21 ago. 2021.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello; FERRAZ, Luiz Marcelo Robalinho. Ameaça e controle da gripe A(H1N1): uma análise discursiva de Veja, IstoÉ e Época. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 302-313, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000200005. Acesso em: 16 jun. 2021.

IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009.

JÁCOME, Phellipy. Jornalismo e Autolegitimação: A Historicidade dos Discursos Autorreferentes. **Leituras do Jornalismo**, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 54-66, 2014. Disponível em: https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/31. Acesso em: 27 maio 2021.

JAVORSKI, E.; BARGAS, J. A informação sobre a Covid-19 nos desertos de notícias: a relevância do jornalismo interior do Pará. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-16, 2020. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5339. Acesso em: 16 jun. 2021.

KOSICKI, Gerald M. Problems and Opportunities in Agenda-Setting Research. **Journal of Communication**, [*s. l.*], v. 43, n. 2, p. 100-127, 1993.

KRESCH, Daniela. Brasileira com coronavírus em Israel relata atendimento no país e fala sobre a doença. **Folha de S. Paulo**, Tel Aviv, 12 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/brasileira-que-contraiu-coronavirus-em-israel-relata-atendimento-no-pais-e-fala-sobre-a-doenca.shtml. Acesso em: 20 ou. 2021.

KVALHEIM, Nina. News Behind the Wall: An Analysis of the Relationship Between the Implementation of a Paywall and News Values. **Nordicom Review**, [*s. l.*], v. 34, n. 1, p. 25-42, 2013.

LERNER, Kátia; GRADELLA, Pedro. Mídia e pandemia: Os sentidos do medo na cobertura de Influenza H1N1 nos jornais cariocas. **Revista EcoPós**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 33-54, 2011.

LIMA, Flávia. O vaivém de assinaturas da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/12/o-vaivem-de-assinaturas-da-folha.shtml. Acesso em: 27 nov. 2021.

LIMA, Flávia. O vírus do preconceito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/03/o-virus-do-preconceito.shtml. Acesso em: 27 nov. 2021.

LIMA, Flávia. Testando a paciência do leitor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/03/testando-a-paciencia-do-leitor.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

LIMA, Flávia. Herói pelas circunstâncias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/04/heroi-pelas-circunstancias.shtml. Acesso em: 27 nov. 2021.

LIMA, Mariane. **Deu zika no Toca! Cobertura jornalística e discursos sobre o zika vírus na imprensa regional**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

LIMA, Venício A. de. A responsabilidade social da mídia. **Observatório da Imprensa**, 3 de abr. de 2009. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-responsabilidade-social-da-midia/. Acesso em: 27 de maio de 2021.

LOPES, Olga C.; VENTURA, Mariane P.; Affordances de personalização na construção de sentido sobre a covid-19 no jornalismo de dados. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIBERCULTURA, 13, 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, v. 13, n.p. Disponível em: https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber13/paper/view/1393. Acesso em: 16 jun. 2021.

LOPES, José Carlos. Produção rápida de remédios e vacinas contra coronavírus é estratégia perigosa, diz revista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/producao-rapida-de-remedios-e-vacinas-contra-coronavirus-e-estrategia-perigosa-diz-revista.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

LUIZ, Olinda do Carmo. Jornalismo científico e risco epidemiológico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 717-726, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000300022. Acesso em: 20 out. 2021.

MAIA, Dhiego. Em tempos de coronavírus, cresce solidariedade entre paulistanos; veja histórias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/em-tempos-de-coronavirus-cresce-solidariedade-entre-paulistanos-veja-historias.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy; FERREIRA, Thiago. RECONTEXTUALIZAÇÕES DO –ISMO:

Disputas em torno do jornalismo "em crise". **Revista FAMECOS**, [*s. l.*], v. 24, n. 3, n. p., 1 ago. 2017. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/26991. Acesso em: 22 de maio de 2021.

MARIANTE, José Henrique. Folha, de repente, vira Folhão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 out. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jose-henrique-mariante-ombudsman/2021/10/folha-de-repente-vira-folhao.shtml?origin=folha. Acesso em: 27 nov. 2021.

MARTINS, Tracy M. M.; MARTINS, Caroline P.; SANTANA, Ana C. F., VILLELA, Edlaine F. de M. Cobertura midiática sobre o zika vírus no Brasil. *In*: CASTRO, Luis Henrique; PEREIRA, Thiago; OESTERREICH, Silvia (Org.). **Ciências da saúde: campo promissor em pesquisa 6**. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 77-86.

MASSARANI, Luisa; WALTZ, Igor; LEAL, Tatiane. COVID-19 in Brazil: an analysis about the consumption of information on social networks. **Journal of Science Communication**, Trieste, v. 19, n. 7, p. 1-21, 2020.

MATOS, C. C. de S. A. Mídia e saúde: a cobertura da epidemia de sarampo de 2019 no Brasil. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, [*s. l.*], v. 15, n. 42, p. 1-13, 2020. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2211. Acesso em: 16 jun. 2021.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: A mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MEDEIROS, Flavia; MASSARANI, Luisa. A cobertura da gripe A(H1N1) 2009 pelo Fantástico. **Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 41-59, 2011.

MICK, Jacques. Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 242-260, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 197-208, 1999.

MIRANDA, João. Responsabilidade Social: Entre a Liberdade de Imprensa e o Enquadramento do Mercado. **Bocc – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, [*s. l.*], c2018, n.p. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/miranda-joao-2018-responsabilidade-social.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

NERIS JÚNIOR, Rassendil Barbosa. **Pandemia da desinformação: o papel do jornalismo profissional no combate às fake news sobre a COVID-19 no Twitter da Folha de S. Paulo**. Monografia (Graduação em Jornalismo). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing Analysis: An Approach to News Discourse. **Political Communication**, [*s. l.*], v. 10, p. 55-75, 1993.

PANDEMIA sem pânico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 fev. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/pandemia-sem-panico.shtml. Acesso em: 26 nov. 2021.

PATATT, C.; ROCHA, F. Jornalismo em tempos de covid-19. **Revista GEMInIS**, São Carlos, v. 11, n. 2, p. 67-80, 2020. Disponível em: https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/503. Acesso em: 26 nov. 2021.

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. **Bocc – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, [*s. l.*], 2004, n.p. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Oito países da Europa fecham fronteiras para estrangeiros. **Folha de S. Paulo**, Bruxelas, 13 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/sete-paises-da-europa-fecham-fronteiras-para-estrangeiros.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

PORTO, Cristiane de Magalhães. O jornalismo científico on-line e sua função política moderadora: estudo no site comciencia. *In*: PORTO, Cristiane Magalhães (Org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 207-228.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. *In*: ALBINO, Antonio; RUBIM, Canelas (Org). **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

PORTO, Mauro. Frame Diversity and Citizen Competence: Towards a Critical Approach to News Quality. **Critical Studies in Media Communication**, [*s. l.*], v. 24, n. 4, p. 303-321, 2007.

PORTO, Mauro. Framing Controversies: Television and the 2002 Presidential Election in Brazil. **Political Communication**, [*s. l.*], v. 24, n. 1, p. 19-36, 2007.

RESENDE, Thiago. Governo do DF suspende abertura de cinema, teatro e antecipa férias da rede pública. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 14 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/governo-do-df-suspende-abertura-de-cinema-teatro-e-antecipa-ferias-da-rede-publica.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

RESENDE, Thiago. Congresso tem que resistir ao ativismo e evitar conceder a isenção de boletos, diz Guedes. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 4 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/congresso-tem-que-resistir-ao-ativismo-e-evitar-conceder-a-isencao-de-boletos-diz-guedes.shtml. Acesso em: 23 out. 2021.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 1950. *In*: FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv (Org). **Livro do XI Compós 2002: estudos de comunicação ensaios de complexidade 2**. Porto Alegre: Sulina, 2003, n.p. Disponível em: https://www.compos.org.br/menu_anais.php?idEncontro=NQ==. Acesso em: 27 maio 2021.

RODRIGUES, Artur. Ministério Público de SP cobra decreto para fechar igrejas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/ministerio-publico-de-sp-cobra-decreto-para-fechar-de-igrejas.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

ROUDAKOVA, Natalia. Journalism as "Prostitution": Understanding Russia's Reactions to Anna Politkovskaya's Murder'. **Political Communication**, Londres, v. 26, n. 4, p. 412-429, 2009.

SACRAMENTO, Igor; LERNER, Kátia. Pandemia e biografia no jornalismo: uma análise dos relatos pessoas da experiência com a Influenza H1N1 em O Dia. **Revista Famecos**, [*s. l.*], v. 22, n. 4, p. 55-70, 2015.

SALLORENZO, Letícia. **Gramática e Manipulação: Análise cognitivo-funcional de manchetes de jornais durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2014**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

SANT'ANNA, Emilio. Diário da privação: Quero mostrar a quem me ajudou que não foi em vão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/diario-da-privacao-quero-mostrar-a-quem-me-ajudou-que-nao-foi-em-vao.shtml. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTANA, Mayara J. S.; TEMER, Ana C. R. P. Jornalismo de serviço: um aporte teórico em construção. **Comun. & Inf.**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 208-225, 2015.

SCHNEIDER, Mary-Jane**. Introduction to Public Health**. 5 ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2017.

SCHUDSON, Michael; ANDERSON, Chris. Objectivity, Professionalism, and Truth Seeking in Journalism. *In*: WAHL-JORGENSEN, K; HANITZSCH, T. (Org). **The Handbook Of Journalism Studies**. [*S. l.*]: Taylor & Francis e-Library, 2008. p. 88-101.

SILVA, Luís Martins da. Jornalismo e Pós-jornalismo, trabalho e sobretrabalho. **Esferas - Revistas Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação do Centro-Oeste**, Brasília, n. 1, p. 11-17, 2013.

SILVA, Luiz Martins da; PAULINO, Fernando O. Formas de Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia: modelos, propostas e perspectivas. [*S. l.: s. n.*], 2003, n.p. Disponível em: http://www.andi.org.br/documento/formas-de-assegurar-responsabilidade-social-da-midia-modelos-propostas-e-perspectivas. Acesso em: 27 maio 2021.

SILVA, Marcos Paulo da. Dos paradoxos cotidianos à pontuação rítmica das notícias: por um modelo teórico-conceitual pendular. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 30-53, 2019.

SILVA, Tania Regina Neves da. **H1N1 e produção de sentidos na mídia: a epidemia de 2009 nas páginas de O Globo, Extra e Expresso**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

SINGER, Jane. Who are these guys?: The online challenge to the notion of journalistic professionalism. **Journalism**, [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 139-163, 2003.

SOLON, M.; ARAÚJO, M.; RODRIGUES, N.; VIDAL NUNES, M. O trabalho de mulheres jornalistas durante a pandemia da covid-19. **Revista Inter-Legere**, [*s. l.*], v. 3, n. 28, p. 1-24, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/20842. Acesso em: 16 jun. 2021.

SOUSA, V.; COSTA, P. R.; CAPOANO, E; PAGANOTTI, I. Riscos, dilemas e oportunidades: atuação jornalística em tempos de Covid-19. **Revista Estudos em Comunicação**, Covilhã, v. 31, p. 1-33, 2020.

SOUZA, Cristiane N. A. de. "Memes pandêmicos": alternativa soft way à crise do jornalismo institucional e ao alastramento de fake news sobre a covid-19. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIBERCULTURA, 13, 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, v. 13, n.p. Disponível em: https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber13/paper/viewPaper/1443. Acesso em: 16 jun. 2021.

STRALIOTTO, Adiadna; MUNEIRO, Lilian. A atuação da Folha Online e do G1 na cobertura jornalística da influenza A (H1N1). *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 12, 2011, Londrina. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2011, v. 12, p. 1-15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0384-1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

SUA EXCELÊNCIA, o consumidor de notícias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2019. Disponível em: https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml. Acesso em: 21 ago. 2021.

TANKARD JR., James W. The Empirical Approach to the Study of Media Framing. *In*: REESE, Stephen; GANDY, Oscar; GRANT, August (Org.). **Framing Public Life**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001. p. 95-105.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2ª ed., 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999, p. 74-90.

VAZ, Tyciane C. V. Jornalismo de Serviço: as espécies utilitárias como gênero na mídia brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2008, v. 31, p. 1-15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0482-1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

VAZ, Tyciane C. V. Gênero utilitário na internet: o jornalismo de serviço praticado no Brasil e Portugal.

In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34, 2011, Recife. **Anais** [...]. São Paulo, Intercom, 2011, v. 34, p. 1-15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1652-1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

VAZ, Tyciane C. V. Jornalismo utilitário na TV: análise da produção do gênero no programa Bem-Estar da Rede Globo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35, 2012, Fortaleza. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2012, v. 35, p. 1-15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1286-1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

WARDLE, Claire. Fake news. It's complicated. **First Draft**, [*s. l.*], 16 fev. 2017. Disponível em: https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/. Acesso em: 13 dez. 2021.

WIKLER, Daniel. Personal and Social Responsibility for Health. **Ethics & International Affairs**, Nova York, v. 16, n. 2, p. 47-55, out. 2002.

ZELIZER, Barbie. Journalists as Interpretive Communities. **Critical Studies in Mass Communication**, [*s. l.*], v. 10, p. 219-237, 1993.